



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

JACI CÂMARA DE ALBUQUERQUE

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE TURISMO NO BRASIL:
ANÁLISE ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DE DOCENTES DA REDE FEDERAL DE
EDUCAÇÃO**

NATAL
2015

JACI CÂMARA DE ALBUQUERQUE

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE TURISMO NO BRASIL:
ANÁLISE ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DE DOCENTES DA REDE FEDERAL DE
EDUCAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito de obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de Gestão de Turismo.

Orientador: Mauro Lemuel Alexandre, D.Sc.

Natal

2015

JACI CÂMARA DE ALBUQUERQUE

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE TURISMO NO BRASIL:
ANÁLISE ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DE DOCENTES DA REDE FEDERAL DE
EDUCAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito de obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de Gestão de Turismo.

Natal, 8 de maio de 2015.

Prof. Mauro Lemuel Alexandre, D.Sc.

Presidente da Banca

Profª. Lissa Valéria Fernandes Ferreira, Dra.

Examinador Interno – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profª. Lais Karla da Silva Barreto, Dra.

Examinador Externo – Universidade Potiguar

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Albuquerque, Jaci Câmara de.

Educação profissional e tecnológica de turismo no Brasil: análise através da percepção de docentes da rede federal de educação / Jaci Câmara de Albuquerque. - Natal, RN, 2015.

104f.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Lemuel Alexandre.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

Dedico este trabalho a Deus e a todos que me ajudaram com amor e carinho ao longo desta jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe que sempre incentivou os filhos a buscarem na educação o sucesso na vida e toda a família que me deu força para realizar esse trabalho.

A meu orientador Mauro Lemuel que me incentivou a caminhar na linha da educação.

A Mirian Rejowisk que me colocou no mundo da pesquisa,

Meu irmão e doutor Sérgio Ricardo que me ajudou na construção deste trabalho.

Minha irmã, professora e doutora Fátima Caracristi que me fez conhecer o mundo do Turismo.

Ao IFTO e aos demais professores do PPTUR que contribuíram para o meu sucesso profissional.

A Juliane e Aluísio e aos colegas do mestrado que participaram da longa caminhada do curso.

A minha amiga de trabalho Raquel Mittelstad, que com muito carinho, finalizou este trabalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 TURISMO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	22
2.1 Turismo e educação.....	22
2.2 Educação profissional.....	38
2.3 Concepção e desenvolvimento da educação superior e tecnológica.....	47
2.4 Histórico e Evolução da Rede Federal de Educação	63
3 METODOLOGIA.....	70
3.1 Caracterização do estudo	70
3.2 Universo da pesquisa	70
3.3 Coleta dos dados	70
3.4 Tratamento dos dados	71
4 ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL...	72
4.1 Análise da educação profissional e tecnológica	72
4.2 Análise da oferta da educação em turismo na rede federal	73
4.3 Análise da percepção dos coordenadores da educação tecnológica em turismo	75
5 CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos Científicos sobre a Educação em Turismo. (DD –Dissertação de Mestrado - TD Tese de Doutorado)

Quadro 2 – Quadro do Perfil Profissional no Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Oferta de Cursos na Rede Federal de Educação Profissional

Gráfico 2 Percentual dos cursos nas 5 regiões brasileiras

Gráfico 3 Quantitativo de cursos por estados brasileiros

Gráfico 4 Diferença entre a Educação Superior e a Educação Superior e Tecnológica

Gráfico 5 Importância da Educação Tecnológica no Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer

Gráfico 6 Razão da procura pelos cursos

Gráfico 7 Construção do Projeto Político Pedagógico dos Cursos

Gráfico 8 Elaboração dos cursos

Gráfico 15 Números de alunos egressos no mercado de trabalho em turismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da Rede Federal de Educação

Figura 2. Evolução da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia desde sua criação aos dias atuais. De 2002 a 2014. Fonte: MEC

Figura 3. Quadro da demanda por cursos profissionalizantes em 2008

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABBTUR – Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo
- ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABDETH – Associação dos Dirigentes de Escolas de Turismo
- ANAC - Agência Nacional de Aviação
- ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
- ANPTUR – Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CFE – Conselho Federal de Educação
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CNT – Conselho Nacional de Turismo
- CONAC - Comissão Executiva Nacional de Avaliação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
- DAU – Departamento de Assuntos Universitários
- DES – Departamento de Ensino Superior
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- FGV – Fundação Getulio Vargas
- FOHB – Fórum dos Operadores Hoteleiros do Brasil
- INEP – Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- MEC – Ministério da Educação
- OMT – Organização Mundial do Turismo
- ONG – Organização não Governamental
- PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PNT – Plano Nacional do Turismo
- SENAC - Serviço Nacional do Comércio

SERES – Secretaria de regulação e Supervisão da Educação Superior

SESUR – Secretaria de Ensino Superior – comissão de especialista

SETEC -Secretaria de Educação Profissional e tecnológica

TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileira

WTTC – World TravelandTourismCouncil

RESUMO

A crescente evolução das tecnologias e das inovações no mercado de trabalho são marcos importantes que contribuem para acelerar a melhoria da educação profissional e tecnológica. A necessidade de se analisar os processos educativos está correlacionada com essa dinâmica, visando dar respostas aos processos pedagógicos e as necessidades inerentes ao mercado de trabalho em evidência. Nessa pesquisa a temática está centrada no processo de educação voltada para atividade turística que tem como premissa a melhoria na qualidade dos serviços, tomando como parâmetro de análise o ensino superior tecnológico da rede federal de educação (IF), abordando a concepção, a similaridade e as divergências nos cursos ofertados, do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer instituído pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores e Tecnológicos da Secretaria Nacional de Ciências e Tecnologia no Brasil. A pesquisa, também visa investigar a concepção e formação destes cursos superiores e busca evidenciar a importância dessa formação para os discentes. A pesquisa é do tipo qualitativo exploratório a partir de levantamentos de dados nos sites do Ministério da Educação, adotou-se como procedimento de pesquisa o questionário, enviadas aos coordenadores dos cursos via email institucional, para a coleta de dados, visando obter resultados acerca da Educação Tecnológica na Rede Federal de Educação. Os resultados da pesquisa evidenciam que a maioria dos cursos oferecidos pelo ensino superior tecnológico da rede federal de educação (IF) é o de Gestão de Turismo, evidenciamos que essa opção é resultado da facilidade em se montar a estrutura dos cursos em relação aos demais; os professores vêm nessa modalidade de ensino uma opção mais prática para o discente chegando a considerar que os cursos passam por um processo de fragilidade, afirmando que a formação reside apenas no interesse do discente na obtenção do diploma do curso superior sem a preocupação com a qualidade dessa formação acadêmica, a demanda pelos cursos ocorre por ser de graduação rápida. Ainda como resultado sobre a concepção e elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos verificou-se que os mesmos são construídos na maioria pelo colegiado muitos deles sem a participação de um pedagogo; sobre a permanência do aluno identificou-se uma alta taxa de evasão, ocorrendo em alguns campi a migração para a Educação Superior tradicional, o bacharelado em turismo. Deste modo, com este trabalho buscou-se contextualizar a educação superior tecnológica em turismo, apresentando a realidade do atual cenário, com intuito de discutir o fenômeno a partir da descrição realizada por todos os sujeitos e objeto da pesquisa, cujo conhecimento é devido a experiência na rede federal de educação que foi capaz de aproximar a essência da questão.

Palavras Chave: Turismo. Educação. Educação tecnológica. Rede Federal.

ABSTRACT

The increasing pace of technological change and innovation in the labor market are important landmarks that contribute to accelerate the improvement of vocational and technological education. The need to analyze the educational processes is correlated with this dynamic in order to respond to the pedagogical processes and inherent to the labor market needs in evidence. This research theme is centered on targeted education process for tourist activity that is premised on improving the quality of services, taking as analysis parameter technological higher education in the federal education network (IF), covering the design, similarity and the differences in the courses offered, the axis of Tourism, Hospitality and Leisure instituted by the National catalog Technological Colleges and the National Science and Technology Department in Brazil. The research also aims to investigate the design and implementation of these upper and search courses emphasize the importance of training for students. The research is exploratory qualitative from survey data on the websites of the Ministry of Education, was adopted as a research procedure the questionnaire sent to coordinators via institutional email courses, to collect data in order to obtain results about Technological Education Federal Education Network. The survey results show that most courses offered by technological higher education in the federal education network (IF) is the Tourism Management, we noted that this option is the result of the ease in assembling the structure of the courses in relation to others; teachers have this type of education a more practical option for students coming to the conclusion that the courses undergo a fragile process, stating that the formation lies only in the student's interest in obtaining the higher diploma course without concern for quality this academic background, demand for courses is by being fast graduation. Even as a result of the design and development of Political and Pedagogical projects it was found that they are built in the most collegial many of them without the participation of a pedagogue; about the permanence of the student identified a high dropout rate, occurring in some campuses to migration to the traditional higher education, a BA in tourism. Thus, this work aimed to contextualize the technological higher education in tourism, presenting the reality of the current situation, aiming to discuss the phenomenon from the description made by all subjects and the research object, knowledge of which is due to experience the federal education network that was able to bring the essence of the matter.

Keywords: Tourism. Education. Technolofy education. Federal network.

1. INTRODUÇÃO

O nome educação superior ou ensino terciário, refere-se normalmente a uma educação realizada em universidades, faculdades, institutos politécnicos, escolas ou outras instituições que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais. Esta forma de educação constituindo mais elevado nível da educação brasileira. De acordo com as finalidades da educação superior, postas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, cabe a esse grau de ensino fomentar «a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo» (art. 43, I).

A história da educação superior no Brasil foi bastante influenciada pelo fundamento de políticas externa, pelos modelos estrangeiros, relatórios teóricos e por pensamentos transnacionais. A reforma universitária de 1968 no Brasil, por exemplo, durante o regime militar, sofreu a influência do modelo departamental da universidade norte-americana, produzindo efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confeccionar que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela reforma. Essa reforma ainda produziu efeitos inovadores como o surgimento do ensino privado, que reproduziu o que Florestan Fernandes denominou *o antigo padrão brasileiro de escola superior*, ou seja, instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciado da atividade de pesquisa, que pouco contribuiu com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época (Fernandes, 1975, p. 51-55). Nos anos 1990, por sua vez, as reformas do Estado e da Educação Superior tiveram por referencial teórico o liberalismo ortodoxo emulado pelo Banco Mundial.

No século XXI, qualquer movimento na reforma universitária, obrigava-se a fazer menção ao Processo de Bolonha, que é uma meta-política pública, de um Estado, iniciada em 1999, de construção de um espaço de educação superior na Europa até o ano de 2010, cujo objetivo essencial é o ganho de competitividade do Sistema Europeu de Ensino Superior frente a países e blocos econômicos. O projeto tem como objetivo harmonizar os sistemas universitários nacionais, de modo a equiparar graus, diplomas, títulos universitários, currículos acadêmicos e adotar programas de formação contínua reconhecíveis por todos os Estados membros da União Européia. Adotou ainda um sistema baseado em três ciclos de

estudos: 1º ciclo, com a duração mínima de 3 anos, o 2º ciclo, mestrado e o 3º ciclo, doutorado. No acordo, os alunos ao se graduarem, estarão aptos, por reconhecimento dos estudos e dos diplomas, a trabalhar em todos os países que fazem parte do acordo.

No Brasil, para se chegar a educação superior é necessário que se acompanhe a LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (2011), que abrange os mais diversos tipos de educação: Educação básica - formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e subsequentemente, este se for do interesse do candidato até a Educação superior. Esta, por sua vez, abrange os seguintes cursos e programas: cursos sequenciais abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, comumente chamado vestibular ou atualmente o ENEN; pós-graduação, esta, por sua vez compreende programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, entre outros, abertos a candidatos que tenham concluído cursos de graduação; e extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino.

Assim, o ensino superior significa ter concluído uma graduação. Os cursos superiores são ofertados na modalidade presencial onde o aluno deve ter pelo menos 75% das aulas e avaliações, e a distância, onde o aluno recebe livros, apostilas e conta com a ajuda da internet. Nessa modalidade não é necessário a presença do aluno na sala de aula. E ainda existem os cursos semipresenciais, com aulas em sala de aula e também semipresencial.

Todos os cursos são supervisionados pela Secretaria de Regulação e Supervisão do Ministério da Educação (Seres), órgão do Ministério da Educação (MEC), garantindo a qualidade dos cursos superiores. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação são os responsáveis pela medição da qualidade desses cursos.

Atualmente a Educação Superior no Brasil é composta por três modalidades: a graduação que compete à licenciatura e o bacharelado, e a graduação tecnológica, qual faz parte o ensino superior e confere grau de tecnólogo. Cada uma desta com características próprias.

Dados do Banco Mundial dizem que a Educação Superior na América Latina possui uma estrutura “inerente e não equitativa dotada de rigidez, altos custos e baixa adaptabilidade”, neste sentido o BID considera que apoiar esforços dos governos desta região e do Caribe que promovem tanto a expansão deste tipo de instituições e de promover uma

aliança entre o setor produtivo, o setor público e o alunado potencial podem favorecer alternativas de ensino superior mais econômica e acessíveis a uma população mais ampla e enfocada nas novas necessidades primárias do mundo moderno, produtivo e globalizado” (Gomez-Fabring, apud Leile Lima, 2002).

Esses cursos superiores foram criados no século XIX, com intuito de formar engenheiros, médicos, advogados, botânicos, economistas, químicos etc. Todos aqueles que se submetessem à realização e conseqüente aprovação, nestes cursos, tornar-se-iam capacitados à execução de determinadas atividades profissionais, ou seja, seriam preparados para o trabalho que, até certo ponto, e, em determinadas condições, seria um trabalho manual.

Embora, eminentemente profissionais, estes cursos destinavam-se à elite. Ao refletir sobre o fato, (Cunha, 2005, p. 90), afirma que é

[...] mais correto dizer que foi a rejeição do trabalho vil (isto é: reles, ordinário, miserável, insignificante, desprezível, infame) que levou ao preconceito contra o trabalho manual. Se um dado trabalho manual não fosse socialmente definido como vil, ele não seria objeto de rejeição, como acontece, atualmente, com o trabalho do cirurgião.

O ensino superior passou por importantes modificações a partir de 1930. Com a promulgação dos Estatutos das Universidades Brasileiras (Decreto nº. 19.851, de 14 de abril de 1931), superou-se o tempo das escolas isoladas, de caráter marcadamente profissional. Começaram a ser criadas e a funcionar, de fato, as universidades brasileiras, permitindo, pela primeira vez no Brasil, a formação de professores em nível superior; antes, os professores do ensino secundário não tinham formação específica: advogados lecionavam português, engenheiros ensinavam matemática e assim por diante.

A inexistência de uma universidade, apesar do funcionamento do ensino superior desde o século XIX, colocava o Brasil numa situação de inferioridade em relação aos outros países sul-americanos. A intelectualidade brasileira não se conformava com o fato do Brasil, ao lado do Paraguai, ser o único país da América do Sul que ainda não contava com uma universidade, sendo que o Peru, por exemplo, já no século XVI havia organizado tal instituição de ensino superior.

Assim com a criação da fundação das universidades Brasil, tendo a Universidade Estadual de São Paulo (USP) como uma das primeiras do Brasil, iniciada em 25 de janeiro de 1934, significou para HelárioAntura (apud Brejon, 1973:67)

a introdução no sistema de ensino superior: a) os estudos de caráter desinteressado, com a criação de uma escola central e integradora, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, destinada ao cultivo da totalidade ou universalidade do conhecimento; b) da pesquisa e dos altos estudos, tanto de caráter desinteressado como de sentido utilitário; c) da unificação e da integração das diversas escolas sob

a égide da Universidade e à base da Faculdade de Filosofia, Ciências e letras; d) autonomia universitária, entendida no caso brasileiro em termos relativos, ou seja, como exercício da faculdade de que passa a dispor a instituição universitária de estabelecer a sua própria lei, isto é, de implantar os seus próprios regulamentos, dentro das normas gerais estabelecidas pela administração pública.

Na medida em que o tempo passava e no decorrer dos anos, a Educação Superior passou a fazer parte do processo educativo no nível mais alto deste sistema. Este modelo de ensino inclui normalmente estudos, investigação, trabalhos práticos e, ocasionalmente, atividades sociais realizadas no âmbito da instituição de ensino superior.

Ainda hoje se percebe essa situação quando o ensino superior passa a ser visto como um dos maiores caminhos para se obter o destaque econômico social. Em face disso a Educação Tecnológica Superior desde seu início vem se posicionando como oportunidade de garantir esse acesso aos que buscam se inserir em um novo grupo social.

A educação tecnológica no Brasil foi desde o seu surgimento caracterizado como oferta de natureza profissional, portanto imbricadas na educação profissional, sendo-lhes atribuído um caráter de treinamento para a produção, resultado de uma mentalidade preconceituosa que qualificou a educação profissional apenas como a responsável por “ensinar a fazer”, supondo que esta seria destituída de visão crítica dos processos sociopolíticos e culturais que circundam a ação educativa.

Para Christophe (2005, p. 2) a educação profissional é genérica e abrange vasta gama de processos educativos, de formação e de treinamentos em instituições e modalidades variadas. Os termos educação profissional, ensino técnico e profissionalizante, capacitação profissional e qualificação profissional costumam ser utilizados indistintamente na literatura e na prática.

A complexidade das estruturas tecnológicas de ensino justifica este conceito e a terminologia empregada, num país com as características do Brasil, o que confere a importância que as instituições tecnológicas como os institutos federais alcançaram no país. Os institutos atingiram numa sociedade eminentemente carente de garantias sociais advindas do Estado, a função de depositário fiel de suas ansiedades, um degrau para galgar ascensão social e, sob o ponto de vista político, uma distribuição de saber dinamizada e popular. Neste sentido estas instituições se configuram com linhas para ofertar a educação tecnológica em diversas áreas de conhecimento capacitando e qualificando profissionais para o mercado de trabalho.

No caso da educação em turismo, percebeu-se um aumento considerável de pessoa que buscam se qualificar no setor. Este fato está relacionado a uma valorização da educação

superior pela sociedade que ver neste setor uma nova forma de se inserir no mercado elevando de certa forma a sua ascensão social. “... que é o principal mecanismo de quem pretende obter uma evolução econômico-social” (ROMANELI, 1991; CANUTO, 1987). Essa ascensão social que traz a realização pessoal da grande maioria foi à maior finalidade de quem procurava se ingressar em instituições de ensino superior.

Entretanto é notório se perceber que o Brasil, neste cenário da educação em turismo, ainda tem grandes desafios para crescer, considerando os dados que se referem ao futuro dos dados estatísticos em relação às demandas vindas do Ministério do Turismo e a atual oferta da em educação de turismo. Os dados do Ministério do turismo do ano de 2013 apontam que a chegada de turistas internacionais no país atingiu seu ápice. O país recebeu 5,67 milhões de viajantes estrangeiros em 2012, um recorde histórico. No ano de 2014 as expectativas é que deva bater 6,2 milhões, de acordo com o Plano Nacional de Turismo. (PNT, 2014). Um dado preliminar revelado pelo Ministério do Turismo, através de levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), mostra que apenas durante o período da Copa das Confederações, 25 mil turistas estrangeiros visitaram o Brasil.

Trata-se de uma evolução clara, considerando que o país vem buscando promover políticas que visem o incentivo ao turismo interno. A estruturação da oferta turística com o modelo proposto pelo Programa de Regionalização, política que tenta melhorar a atuação da gestão e do planejamento do turismo no país, a promulgação da Lei do Turismo; os incentivos a qualificação profissional, e a própria política econômica são alguns dos inúmeros fatores que vêm favorecendo o turismo dentro da perspectiva de desenvolver a atividade no país.

Desde 2009 o Brasil está entre os 10 maiores países do mundo que mais sediam eventos internacionais, de acordo com o indicador do Internacional Congress and Convention Association (ICCA)¹. Os dados mais recentes mostram que, em dez anos, o número de congressos e convenções de negócios internacionais realizados cresceu 408%. Entre 2003 a 2013, o total de eventos internacionais subiu 145%, passando de 22 para 54 e ainda há muito espaço para o crescimento do setor. Neste sentido, a hotelaria se destaca com a implantação de diversos equipamentos para um público diversificado. Dados do relatório do BSH TravelResearch, 2013, (divisão da BSH internacional, empresa de consultoria que investe na coleta de dados estatísticos para melhorias do Turismo Nacional), apontam que o segmento de

¹ICCA - representa os principais especialistas em organizar, transportar e acomodar reuniões e eventos internacionais, e compreende quase 1.000 empresas e organizações afiliadas em mais de 90 países do mundo é uma entidade especializada no setor internacional reuniões da associação, oferecendo dados incomparáveis, canais de comunicação e oportunidades de desenvolvimento de negócios.

hotéis no país previa a abertura de 198 meios de hospedagem entre econômico, superior, midscale, supereconômico, resorts eupscale) no período de 2011 a 2014. Destes foram construídos 154 até outubro de 2013. A maioria localizada na região sudeste do Brasil.

O diagnóstico do Plano Nacional do Turismo-PNT (2013-2016), apresenta o turismo como uma atividade econômica representando 3,7% do Produto Interno Bruto- PIB. De 2003 a 2009 o setor cresceu 32,4% enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6% (MTUR, 2012a). Para World Travel&TourismCouncil – WTTC (2013a), no ano de 2011, cerca de 2,74 milhões de empregos diretos foram gerados pelo turismo e com estimativa de crescimento de 7,7% para o ano de 2012, totalizando 2,95 milhões de empregos. Estima ainda, que para o ano de 2022 o turismo seja responsável por 3,63 milhões de empregos. Estão incluídas como geradoras de empregos diretos as atividades relacionadas à hotelaria, agências de viagens, companhias aéreas, outros tipos de transportes de passageiros, restaurante e lazer.

Paralelo a esses dados em relação ao desenvolvimento da atividade turística no Brasil, vê-se a necessidade de qualificar e assegurar o corpo técnico e operacional do turismo com uma educação e uma escolaridade voltada para atender as demandas vindas de um público heterogêneo, seja essa educação voltada para a técnica, à inovação ou para a pesquisa.

O Brasil possui um enorme potencial turístico e grandes perspectivas para desenvolvê-lo, tornando-o uma fonte de renda muito atrativa. O governo passou a entender o turismo como um aliado para amenizar as deficiências nos serviços públicos e tem concentrado esforços em políticas públicas para desenvolver esta atividade, principalmente no setor de infraestrutura turística, capacitando mão de obra, aumentando consideravelmente a divulgação do país no exterior. Tais ações são expressivas e notáveis em função das demandas existentes nas cinco regiões do Brasil.

Porém as políticas para o turismo no Brasil só passaram a ser vistas como prioridade da agenda pública a partir dos anos 90, onde o turismo passou a ser considerado como um mediador de qualidade de vida com a valorização do turismo verde, do turismo sustentável, valorizando não só o viés econômico, mas o social, adequando-se as necessidades das comunidades receptoras. O governo, responsável pela política pública passou a ser o responsável pela educação do turismo, conscientização e treinamento de todas as atividades que o envolvam.

As expectativas de crescimento para o turismo tanto a nível nacional e mundial são bastante positivas. No Brasil, os inúmeros desafios e oportunidades que o país deverá

enfrentar com a realização dos grandes eventos esportivos previstos para a década devem ser alvo de atenção, monitoramento e perspectivas de novas oportunidades futuras.

Tomando como base o que já foi descrito aqui, a intenção do presente estudo é compreender a concepção dos cursos superiores tecnológicos no Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer ofertado pela Rede Federal de Educação Tecnológica (IF), a partir da sua formatação inicial e de sua estrutura curricular.

Tem-se assim como objetivo geral analisar a concepção e desenvolvimento dos cursos superiores tecnológicos de Turismo, Hospitalidade e Lazer na Rede Federal de Educação, e como específicos: a) verificar o processo de formação e os conceitos da educação profissional e tecnológica; b) caracterizar e identificar a educação em turismo e os cursos ofertados na área de Hospitalidade e Lazer na rede federal de educação; c) verificar a percepção dos coordenadores em relação a educação tecnológica em Turismo, Lazer e Hospitalidade.

A principal motivação para a construção deste trabalho foi devido a percepção da pouca bibliografia existente sobre a educação superior tecnológica em turismo no Brasil, principalmente sobre o ensino profissional em turismo, cursos técnicos e os tecnológicos, se comparada à bibliografia sobre os cursos de bacharelado.

O trabalho encontra-se dividido em cinco partes, esta introdução que faz parte do primeiro capítulo abordando a Educação Superior no Brasil, os objetivos do estudo, objetivo geral e os específicos bem como a justificativa e ainda. No segundo capítulo do trabalho trata do turismo e da educação profissional com ênfase do ensino tecnológico e a rede federal de educação tecnológica no Brasil, abordando a sua evolução com base na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 6.394 de 20.12.1996), tratando da educação tecnológica com sua concepção, regulamentação através do Decreto nº2.202, de 17.04.9, do Catálogo dos Cursos Superiores de Cursos Tecnológicos e finaliza com a Rede Federal de Educação Tecnológica, a rede IF.

No terceiro capítulo aborda a metodologia, onde é feita uma revisão da literatura acerca da educação profissional e tecnológica no Brasil e em outros países. Em seguida, é detalhada a metodologia que foi aplicada neste trabalho, visando atingir os objetivos almejados.

No capítulo quatro é efetuada a análise dos dados obtidos a partir da pesquisa de campo com os coordenadores, com apresentação de gráficos e algumas discussões em relação à construção dos cursos superiores e sua efetiva importância na rede federal de educação.

Por fim, no quinto capítulo traz especificamente o objeto de estudo: a fala dos coordenadores dos cursos na área de Turismo e Hospitalidade e Lazer da rede IF. Explica os

objetivos desta pesquisa bem como a metodologia empregada para obter os dados na análise apresentada no decorrer do capítulo.

2. TURISMO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Este capítulo limita-se a apresentar os principais conceitos teóricos para o desenvolvimento deste trabalho. Inicia-se com abordagem do turismo define educação o processo histórico e a construção da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Apresenta ainda os problemas e as dificuldades estruturais frente aos modelos políticos presentes em sua trajetória.

2.1 Turismo e Educação

Existem muitas definições de turismo que foram debatidas através dos anos por vários autores, com explicações de caráter econômico que são utilizadas para compreender a transcendência do turismo, estas se tornam evidentemente, insuficientes, ainda que significativas, porque não contemplam e tampouco consideram a diversidade de dimensões do fenômeno (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p.9).

O turismo pode ser definido também como um subsistema do sistema social, pois é considerado um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, estas definições podem ser discutidas infinitamente, porém a mais apropriada no campo da educação é de que o turismo pode ser visto como elemento de desenvolvimento humano, não simplesmente como uma atividade econômica, apesar de ser uma atividade geradora significativa de emprego e renda em âmbito municipal, regional, estadual, nacional e mundial. (Lanius, 2014)

Importante perceber que o Turismo pode ser uma via de inclusão social e valorização do patrimônio histórico-cultural que existe em diversas localidades no mundo. Este é capaz de proporcionar a diversas pessoas, complemento de cultura proporcionando conhecimentos diversos e amplas visões de mundo. Na educação, o Turismo atua como disseminador de cultura e conhecimento, tanto a respeito da localidade em que estão inseridos, quanto aos mais diversos assuntos turísticos existentes.

Acredita-se que a relação do turismo e educação está além de proporcionar apenas a colocação de pessoas no mercado de trabalho. O Ponto principal de aproximação são as relações sociais existentes nas duas atividades. Em ambos as experiências são muito significativas para os participantes, e podem conduzi-los a entendimentos diversos sobre as relações humanas e as formas de compreender e organizar o mundo. (Aguia e Morelli, 2006)

Os conhecimentos no turismo devem propiciar, ao educando uma relação de entre a teoria e a realidade de vida escalar – do local ao global e deste ao local, assim

promover uma reflexão sobre as duas fases da atividade turística, que por um lado, se bem planejada pode ser fonte geradora de divisas, incentivar a e promover a preservação dos patrimônios culturais, benefícios sociais, e por outro lado atuar na degradação de espaços paisagísticos, a gravar conflitos étnicos, sociais, culturais e econômicos.

Neste sentido o turismo entendido também como fenômeno social é capaz de produzir para o aluno reflexões sobre problemas da sociedade onde é praticado. Assim por meio da atividade turística, além de se conhecer os atrativos turísticos e potencial turístico, é possível ainda identificar reflexos da política econômica, das políticas públicas de educação, saúde, no setor trabalhista e na distribuição da renda, tornando o turismo como vetor de socialização cultural, fazendo com que os mesmos comecem a enxergar a sua cidade como um espaço pertencente a eles e passível de suas intervenções.

Para a OMT (1995) o sistema de educação em turismo deve garantir a sua competitividade através de princípios que consistem em: cruzamento das necessidades do mercado e a ofertas de cursos; treinamento *just in time* (trata de evitar estoques de mão-de-obra sem a utilização imediata), definição de parâmetros de qualidade; e design do currículo e os conteúdos programáticos.

Em relação aos padrões de qualidade para a educação e treinamento em Turismo, a OMT, criou o TEDQUAL (Tourism Educacional Quality) trata-se de uma metodologia que utiliza a técnica Delphi para identificar, junto ao mercado, as reais necessidades e competências buscadas por estes profissionais. É uma certificação voluntária, vista através da definição de padrões mínimos de qualidade para a educação em turismo, facilita a melhoria contínua da educação, formação e pesquisa em turismo. Para isso, o sistema considera cinco áreas de análise, que avalia tanto os aspectos internos e externos do programa, tais como a coerência do currículo, infraestruturais e equipamentos de apoio educativo, políticas, instrumentos e mecanismos de apoio à gestão administrativa, a existência de mecanismos transparentes para a seleção de professores, condições favoráveis para o seu desenvolvimento profissional e relevância do conteúdo do currículo, às necessidades do sector do turismo.

Qualquer instituição de ensino, formação ou investigação no turismo pode solicitar a Certificação UNWTO². TedQual. O sistema certifica programas para, pelo menos, uma turma de formandos. É necessário então fazer o pedido de informação por escrito à Fundação

²UNWTO – World Tourism Organization, apóia os Estados Membros e sua concepção e implementação de políticas e planos de educação e formação permitindo alcançar níveis de emprego no setor turístico, como também melhorar sua competitividade e sustentabilidade.

UNWTO. Após a solicitação é enviado gratuitamente informações sobre o sistema de certificação, juntamente com um formulário de inscrição.

Foram certificadas 44 instituições no mundo, cinco na América Latina. No Brasil, apenas a Universidade no Rio de Janeiro (instituição extinta) solicitou a qualificação, o país passa a adotar as certificações de profissionais e de empresas, coordenadas pelo Instituto de Hospitalidade³, como forma de aprimorar a qualificação do setor e incrementar a competitividade. A certificação é baseada em normas - muitas delas já admitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - acordadas e aprovadas por entidades da área depois de um longo processo de discussão e também de avaliação. São 52 normas de funções relacionadas ao Turismo onde 31 delas fazem parte da ABNT.

Além desses fatores ainda atenta para o fato de que existe uma diferença entre educação e treinamento conforme apresenta abaixo a OMT (COOPER, 2001):

- a) A educação pode ser definida como um processo que dá ao indivíduo um conjunto de princípios, não aplicações detalhadas. Ela deve fornecer ao estudante um conjunto de ferramentas para interpretação, avaliação e análise de um novo conhecimento ao desenvolver suas capacidades críticas. A educação para o turismo olha além de um setor individual e tenta oferecer mais uma perspectiva geral do que uma abordagem específica de um setor. O conceito-chave é a provisão de transferência de habilidades básicas, tais como a habilidade analítica, a habilidade de comunicação escrita e verbal e a liderança, que deveriam ser desenvolvidas pela educação e aplicadas pelo indivíduo, em diferentes contextos.
- b) O treinamento, por outro lado, é uma atividade muito mais específica que se concentra na aplicação detalhada em nível mais baixo, frequentemente habilidades práticas. O treinamento, em geral, é específico de um setor e procura equipar o *trainee* com habilidades definidas e claras, como emissão de bilhetes, serviços ou habilidades de contato com o cliente. O que tem acontecido, em diferentes contextos.

De fato, o turismo está ligado à educação desde os tempos remotos quando dos *Grand Tour* que foi o nome dado as tradicionais viagens pela Europa, feita principalmente por jovens de classe-média alta. Essas viagens *Grand Tour* serviam como um rito de passagem educacional, cujo objetivo era adquirir conhecimentos. O TheNew York Time descreveu os *Grand tour* da seguinte forma: Há trezentos anos, ingleses jovens e ricos começaram a realizar

³Instituto de Hospitalidade - tem como premissa derrubar muros e construir pontes. Dentro desse contexto, as pessoas, os processos, o ambiente e a comunicação, se complementam e trazem mudanças sustentáveis e profícuas para as organizações.

uma viagem pós-Oxbridge (Oxbridge pode ser usada como substantivo referindo-se a ambas universidades ou como adjetivo para descrever o conjunto ou seus estudantes), através da França e da Itália, em busca de arte, cultura, e das raízes da civilização ocidental. Com fundos quase ilimitados, ligações aristocráticas e meses (ou anos) disponíveis, eles comissionavam pinturas, aperfeiçoavam seus dotes lingüísticos se misturavam com a nobreza local.

Essa possibilidade que o Turismo proporciona entre os saberes, para os sabaeres, para o encontro, o reencontro, para a fantasia, de sair em busca de expressarem-se, no encontro com outra cultura, outros valores, sabores, tempos, diversão, festa, longe de tudo que pode significar controle, faz com que a educação no campo da pesquisa seja estudada pelos vários campos de estudos se configurando como um fenômeno de múltiplas facetas, que se desenvolve e utiliza métodos e técnicas de várias disciplinas como à economia, sociologia, psicologia, geografia, antropologia, direito, outras disciplinas.

E assim com intuito de solucionar problemas conjunturais, empresariais e sociais existentes no setor é que tanto em âmbito internacional quanto no Brasil, a produção de conhecimento em turismo tem conquistado reconhecimento como estratégia de solução das dificuldades e dos problemas do setor. Situações como gestão das capacidades de carga socioeconômicas, culturais e humanísticas têm atraído cada vez mais o interesse e as atenções dos responsáveis pelo planejamento e pela gestão do turismo. (FIGUEROLA, 1992; ACERENZA, 1995; PETROCCHI, 1998; McINTOSH, 2002).

A economia foi a primeira disciplina a estudar o turismo, porque nas primeiras décadas deste século, percebeu-se na Europa, que o turismo, só era fonte de divisa. A importância teórica do turismo (que superam amplamente a quantidade de estudos realizadas em outras ciencias) fizeram com que, inclusive no Brasil na década de 1980, no auge das discussões sobre a regulamentação da profissão de “turismólogo” os economistas se opuseram, dizendo que o turismo deveria ser uma ramo desta ciência. (BARRETO, 2001, et al., apud CUNHA, 2012, p. 01)

Considera-se ainda que os primeiros estudos do fenômeno no campo científico iniciam-se no começo do século XX, onde o mesmo é considerado como cultura de massas na Europa. Nesse momento o turismo é estudado e olhado por Smith pelo prisma dos impactos culturais, sociais, econômicos em países em desenvolvimento. No seu livro Smith (1989), apresenta diversos casos de estudo que demonstram que os "impactos" produzidos pelo turismo não podem ser claramente diferenciados de outros processos e também não podem ser generalizados.

A autora define o turismo sobre três elementos chaves: (i) tempo livre, (ii) poder de compra discricionário e (iii) sanção local positiva. Afirmando que o alcance de níveis de produtividade suficientes e capazes de gerar tempo livre é a causa necessária para que ocorra o turismo. Trata-se de um fenômeno essencialmente urbano, pois é nesse ambiente onde se concentram os centros de produtividade, bem como as relações de trabalho, que irão promover tempo livre aos trabalhadores (NASH, 1992). Já o (ii) poder de compra discricionário, refere-se ao capital não dedicado a gastos pessoais primários, como comida, saúde e transporte, o qual pode ser convertido para financiar viagens (SMITH, 1992, p. 17). Sugere que a eleição sobre viajar ou não, e mesmo sobre o segmento de viagem, “(...) depende do dinheiro disponível, mas também da sanção social, ou seja, da aprovação que obterá por parte de seus semelhantes”. A (iii) sanção social irá regular o estilo das férias, (COUTINHO, SOARES, RODRIEGUES, 2014).

O fenômeno turístico, intensificado nas aspirações elitistas no começo do século XX, consolidado como cultura de massas na Europa a partir dos anos setenta colocam como destaque alguns direcionamentos realizados por diversos estudiosos:

- O estudo proposto por JafarJafari denominado *Modelos de Turismo*(in Baztan 1993) no qual se analisou o fluxo turístico a partir dos ritos da viagem aos lugares turísticos, observando-se o espaço (destino), o tempo (estadia) e a cultura (choque cultural);
- O estudo de Graburg em *The AnthologyofTourism (1988)* centrado no estudo da variabilidade do turismo a partir dos fatores predominantes da sociedade de origem. Segundo o autor, cada sociedade gera um tipo de turismo. A região receptora oferece seu diferencial, através de suas particularidades: relevo, clima, patrimônio etc. A sociedade emissora, a hóspede, busca o que necessita, como qualidade no serviço, preço justo, paisagem, gastronomia, folclore, festa etc. Nesta visão, analisam-se linhas fundamentais do turismo a partir da oferta e da procura;
- Outro estudo *El turismo como restauraciónpsíquica*(Baztan,1998) oferece uma visão de turismo na perspectiva da saúde mental, a qual propõe que o turismo de

massas, no âmbito do trabalho, advém da necessidade de se reparar a fadiga psíquica através de momentos vitais de ruptura (BAZTAN, 1993: 641-642).

Outra linha no que se refere à pesquisa em turismo desenvolvida pela escola italiana através de Sessa, é que se deve dar um tratamento científico ao fenômeno, pois este representaria uma nova ciência, mesmo que seu objeto deste conhecimento pertença, indubitavelmente, as ciências sociais. Interessa à economia, a sociologia por seus aspectos sociais, a geografia por seu conteúdo espacial pelo comportamento individual, social e de grupo do turista e pela investigação motivacional que lhe é conexas.

No caso do Brasil a produção do saber turístico teve seu início, se constituindo num conjunto de iniciativas, prioritariamente, do setor privado/empresarial e menos da academia, sejam em universidades e/ou faculdades, públicas ou privadas. O saber turístico assim produzido é reduzido às informações e sistemáticas sobre o setor produtivo. Este contexto permite delinear a hipótese de que o saber turístico é um saber-fazer, não existindo saber além daquele que resulta de um saber fazer, (Moesch, 2002, p.13).

Essa realidade no campo da pesquisa e do ensino em turismo para a autora, trata o estudo do turismo no campo disciplinar com foco na construção dos saberes na visão cartesiana, aceitando apenas aquilo que é certo e irrefutável e conseqüentemente eliminando todo o conhecimento inseguro, ele também pode ser definido numa perspectiva de senso comum. Assim os alunos dos cursos de Turismo têm disciplinas de línguas estrangeiras, de Geografia, de Sociologia, de Fundamentos do Turismo e, em média trezentas horas de estágios “para ver como é a dinâmica do real”, o chamado mercado do trabalho. A autora no seu artigo “Para além das disciplinas: o desafio do próximo século” justifica que esse enfoque cartesiano repassa informações isoladas, formatadas nas diferentes disciplinas, e que o campo de estudo necessita de uma nova práxis, um novo saber-fazer, com uma nova referência, conjugando objeto, teoria, método e prática, ou seja, de um de uma ação transformadora realizada pelo ser humano, pela qual transforma o mundo e também se transforma.

As pesquisas em turismo também foram realizadas em virtude da crescente oferta de cursos superiores no Brasil, cujo interesse na publicação foi criando pelas editoras e por parte de autores da área pelos livros e textos relacionados com a questão da profissionalização do turismo e da formação no âmbito do Ensino Superior, dentre eles os que mais se destacam são: Trigo (2000) Rejowski (1996); Ansarah (2002).

O primeiro autor, com o texto *A importância da educação para o turismo*, faz uma retrospectiva do desenvolvimento de estudos organizados do turismo no Brasil, discute a carreira recente e o perfil profissional da área do turismo, em especial o de formação no ensino superior, além de problematizar a área educacional e a qualidade dos cursos superiores em turismo.

Rejowisk (1996) direciona seus estudos para a temática da pesquisa e produção científica em turismo no Brasil, afirmando que a evolução teórica na área está estritamente ligada à pesquisa científica elaborada no ensino superior em Turismo. No livro *Turismo – interfaces, desafios e incertezas*, cuja organização é da referida autora em parceria com Barreto, que lança um artigo que atualiza suas produções sobre o ensino de graduação em turismo de 1970 a 2000. (Barretto; Rejowski, 2001).

A autora que segue a mesma linha é Ansarah (2002), com o livro *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria*, propõe-se a discursar sobre a educação no setor turístico, em especial a do ensino superior, devido à crescente oferta de cursos abertos em várias regiões brasileiras, propondo-se a estabelecer uma reflexão sobre a educação e a formação de Bacharéis e Tecnólogos em Turismo e Hotelaria.

Com o desenvolvimento da área e o crescente número de instituições voltadas para ofertar curso de graduação e de pós-graduação, atualmente o país tem diversas pesquisadores com temas diversos, entre eles as discussões que se refere a turismo e educação.

O estudo científico do fenômeno turístico vem crescendo nas últimas décadas e vem considerando um número cada vez maior de fatos e elementos relacionados com a atividade, à medida que é aprofundado (Barreto, 1997). Insere-se, em cada estudo, a particularidade do momento histórico no qual se manifesta em paralelo à cultura das populações a que ele se refere (Mota, 2012).

O quadro abaixo apresenta um cenário dos estudos entre as teses e dissertações que tratam da educação voltada para educação profissional e tecnológica e o ensino de turismo no Brasil.

Quadro 1 – Trabalhos Científicos sobre a Educação em Turismo. (DD –Dissertação de Mestrado - TD Tese de Doutorado)

Nº	AUTOR	TÍTULO	TIPO	INSTITUIÇÃO	ANO
01	João P. Camargo	Por uma educação turística: um conceito em construção.	TD	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2005
02	Ivana SchenkelFornari	Educação superior em turismo: o profissional de turismo frente às competências exigidas pelo mercado de trabalho do setor hoteleiro em Natal	DD	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2006
03	Ari da Silva Fonseca Filho	Educação e Turismo: Um estudo sobre a inserção do turismo no ensino fundamental e médio	TD	Universidade de São Paulo	2007
04	Karol Monteiro Mota	Formação superior em turismo da UNIFOR (CE): proposta, realidade e reflexos	TD	Universidade Caxias do Sul	2007
05	Orley Germano da Silva	O desenvolvimento local e a micro-região de Jitaúna-BA: educação e turismo como alternativas ao coronelismo e a monocultura cacauieira	TD	Universidade Salvador	2008
06	Dalilla Rosa Hallal	O curso de turismo da PUCRS : a trajetória dos seus 38 anos de existência do Bacharelado (1972) ao Tecnólogo (2010)	TD	Pontifícia Universidade Católica do RS	2010
07	Rosália Elizabete Barreto	Efetividade social na política de educação profissional de nível tecnológico: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia à IFCE	DD	Universidade Federal do Ceará	2010
08	Job Duarte Moraes	A Política deEducação Profissional no Estado do Amapá : Análise da experiência dos cursos de turismo e informática do centro de educação profissional do Amapá- CEPA	DD	UECE – Planejamento e Políticas Públicas	2010

09	Roberta Leme Sogyar	Hospitalidade no ensino superior em turismo	DD	Universidade Anhembi-Morumbi	2011
010	Juliana Ribeiro Lima	Ensino Superior de Turismo no Brasil	DD	Universidade Anhembi-Morumbi	2011
011	Willian Ladeia de Carvalho	Tecnologia em Eventos na Faculdade Hotec, São Paulo: Proposta de Formação versus atuação profissional de Egressos.	DD	Universidade Anhembi-Morumbi	2011
012	Keila N. Mota	Qualidade da educação superior em turismo e hotelaria: análise dos cursos de graduação reconhecidos no nordeste brasileiro	TD	UNIVALE	2011
013	Cristiane Santos Picasso	DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: a experiência do curso superior de tecnologia em gestão de turismo do IFS	TD	Universidade Federal de Sergipe	2011
013	C. Isabel Flota Cárdenas C. Nora C. González Viveros	Alineación de los programas de estudio de educación turística a las necesidades del campo laboral	?	Universidad La Salle Cancún	2012
014	Marcus Vinícius Duarte Sampaio	Educação Profissional: a expansão recente do IFRN e absorção local dos egressos no mercado de trabalho	TD	Universidade Federal do RGN	2013
015	Helton Luiz Gonzaga Gama	Tecnologia educacional e possibilidades construtivistas a partir da percepção dos alunos sobre os processos de aprendizagem no curso superior a distância de tecnologia em gestão de turismo	DD	Universidade Federal de São Carlos	2013

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Alguns educadores e profissionais do setor defendem que a educação em Turismo deve estar aliada ao mercado de trabalho, associado com a pesquisa científica. Para LOPES (2003, p. 1),

A educação turística deve basear-se em uma visão empresarial, pois a atividade baseia-se na prestação de serviços. Cabe aos educadores conciliar teoria e prática junto aos alunos e aproximar ao máximo a realidade do mercado, como: aplicação de estudos de caso, laboratórios, convênios com agências de turismo, hotéis, companhias aéreas, cursos de intercâmbio, além de incentivar as pesquisas científicas.

Para este assunto alguns estudiosos mencionam que a pesquisa científica, em turismo seja atribuída na estrutura da educação superior brasileira, e de obrigatoriedade das instituições credenciadas como ‘universidades’, sendo as demais desobrigadas à produção do conhecimento; ou seja, as instituições classificadas como: escolas superiores, institutos de educação, faculdades isoladas, faculdades integradas, centros de educação tecnológica e centros universitários, devem se ater à transmissão do conhecimento. Cria-se assim uma lacuna quando se refere as demais instituições, pois se sabe que atualmente existem instituições privadas e a rede federal que busca o incentivo a pesquisa por parte dos docentes.

Na opinião de alguns educadores e profissionais da área, o ensino da técnica deve ser realizado nos cursos técnicos e adaptando-se a realidade regional e local, fazendo com que os projetos pedagógicos e curriculares sejam dimensionados a uma formação específica, encontrando sua diferenciação no mercado. Segundo TRIGO (2003, p.1),

O Brasil precisa, nessa nova fase da articulação do turismo, de cursos técnicos e superiores de tecnologia adaptados às diversas realidades regionais e necessidades do país. Segmentos como turismo rural, cultural, étnico, esportivo, entretenimento, gastronomia etc. Precisam de profissionais de nível médio ou tecnológico para operacionalizar e implantar projetos.

Faz importante perceber a importância da educação para o mercado profissional e como ela está sendo desenvolvida no setor do turismo. A definição dada pelo lado empresarial do turismo define a atividade como: “A indústria de viagens e turismo inclui transporte de passageiros, hotéis, motéis, e outras formas de hospedagem, restaurantes, cafés, similares, serviços de recreação, lazer e cultura” (TRIGO, 1991, pg. 17).

O setor do turismo atualmente cresce na mesma proporção que a formação de mão-de-obra, buscando a sua operacionalização com profissionais qualificados, devido

aos elevados investimentos. Dados da FOHB, 2015, (Fórum dos operadores Hoteleiros do Brasil), afirmam que o setor planeja investir R\$ 12,8 bilhões nos próximos seis anos. Serão 630 novos empreendimentos até 2010, um crescimento de 65%. O Ministro do Turismo, Vinicius Lages, revela o impulso da hotelaria para a economia brasileira. *“Movimenta-se a construção civil, geram-se empregos e requalifica-se a oferta turística nacional”*.

O levantamento mostra ainda que, em 2020, os hotéis serão responsáveis por 100 mil empregos diretos, entre os atuais 64 mil. Os dados também apontam a tendência de aumento de 10 pontos percentuais da participação de categoria de hotéis econômicos na distribuição do mercado, que deve alcançar 40% dos empreendimentos em 2020. Outra tendência destacada pelo estudo é a de investimentos em cidades menores, ou seja, a concentração de hotéis em municípios com até 300 mil habitantes aumentará dos atuais 22% para 30%.

No Brasil diversos projetos foram criados em 2014 para receber a Copa do Mundo podendo citar: a ampliação dos aeroportos, a reformulação dos antigos estádios de futebol em 12 novas arenas estimulando a presença mais forte do público, as obras de mobilidade urbana que prioriza o transporte coletivo incluindo corredores e vias para ônibus, estações, terminais e Centrais de Controle de Tráfego onde foi investido 8 milhões nessas obras; a criação do site pelo Ministério do Turismo para divulgar as opções de hospedagem alternativas; em relação às passagens, o aumento da malha aérea estimulando a diminuição dos preços e o aumento de 1.973 novos vôos entre junho a julho de 2015 autorizado pela ANAC (Agência Nacional de Aviação); modernização do sistema de comunicação com investimentos em torno de R\$ 233 milhões da Telebrás para expandir a fibra óptica e da estatal e R\$ 171 milhões da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) possibilitando as 12 cidades cedes a contar com serviços de tecnologia móvel 4G, serviço mais rápido que o atual; na segurança o investimento de R\$ 1,9 bilhões em controle e pontos de entrada no país, na integração de instituições e sistemas, além de ações de contingência e de defesa para o Mundial e para o território nacional, com 14 Centros Integrados de Comando e Controle (dois nacionais e 12 regionais).

Com tanto dinheiro investido, não é estranho perceber que as empresas e os governos se preocupem também com a qualidade das pessoas que vão trabalhar com esses equipamentos caros e sofisticados e que deverão ajudar a atrair clientes para seus negócios. Trigo já tinha essa visão em 1991 quando fala no seu livro que:

É evidente a necessidade de preparar os profissionais da área, sob pena de os projetos ficarem comprometidos e com sua operacionalização prejudicada em virtude da falta de profissionais eficientes (Trigo, 1991).

O fato é que com o aumento de toda essa oferta de produtos turísticos, em função da melhoria da oferta dos serviços turísticos, ocorreu uma alteração no setor turístico, resultando um aumento de pessoas que viajam e o desenvolvimento da infraestrutura e equipamentos turísticos, necessitando assim de profissionais qualificados para prestação desses serviços.

A OMT destaca que a principal causa da expansão do mercado do turismo é a qualificação profissional, que contribui com a melhoria da qualidade dos serviços. Por outro lado, a falta de profissionais qualificados, para a atuação no setor é um dos fatores que dificulta o desenvolvimento do turismo. Essa falta de profissionalismo pode estar associada a problemática dos salários dos trabalhadores que não incentiva o trabalhador no turismo.

Krippendorf (2000) argumentou que:

No setor do turístico, a maioria dos empregados não tem nada de atraente. As condições de trabalhos são rigorosas: horas extra horário irregular sobrecarga de acordo com a estação do ano e comprometimento pessoal em favor do cliente. Os salários são inferiores à média. As opções profissionais e as possibilidades de carreira são restritas. Muitas atividades não são qualificadas e são socialmente desfavorecidas, como os trabalhos efetuados nos bastidores dos hotéis, sejam nas cozinhas ou nos quartos. Eis por que os ofícios do turismo não gozam de um grande prestígio, especialmente nos países desenvolvidos (2000, p.72).

Molina um dos principais autores internacionais do turismo analisa a educação em turismo em relação ao trabalho tentando inovar a forma ou os métodos de educação para o trabalho. Para Molina (2003) [...] o turismo requer um novo perfil na força de trabalho, uma nova geração de trabalhadores. Ele defende uma linha voltada para um conceito de mobilidade e flexibilidade onde a sala de aula seja um cenário a mais, sem hierarquias e a imobilidade e rigidez comum. Uma nova cultura de trabalho, de produção e de prestações de serviços se configurando como uma rede.

De fundamental importância para a construção do ser humano e para a inserção no mercado de trabalho a educação, se faz presente em todas as fases de vida proporcionando mudanças e transformações nas sociedades e no desenvolvimento econômico e social de todos.

E o que é educação e qual a sua função?

A palavra educação provém de dois vocábulos latinos, *educare e educere*, e significa o "processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do

ser humano" (Ferreira, 1993, p. 197). A linguagem inerente ao homem passa a ser nesse processo um dos instrumentos importantes para que a educação se desenvolva, é através da linguagem que se inicia invenções de instrumentos como as lanças, ponta de pedra as artes rupestres (figuras em cavernas) iniciando o aprimoramento intelectual do homem e o pensamento crítico, surgindo assim à busca pelo conhecimento.

Segundo o dicionário Aurélio, a educação diz respeito ao “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. Para que ocorra essa integração, é preciso que conhecimentos, valores, hábitos, atitudes e comportamentos do grupo sejam ensinados e aprendidos, ou seja, que se utilize a educação para o ensinar e o aprender. No sentido de ensinar possui duas extensões, uma primeira dimensão é a da ferramenta da intenção, a segunda é a da aferição do resultado. Assim sendo, mesmo com a maior intenção de ensinar, se a apropriação do conteúdo por parte do aluno não se efetivou, não teremos cumprido a ação de ensinar, pois a concretização da meta pretendida não foi alcançada, então não houve ensino, porque não se caracterizou a aprendizagem. Já a ação do aprender (assimilar mentalmente, entender, compreender) o conhecimento não se dá na passividade do sujeito, há necessidade de estratégias diferenciadas por parte do educador para a concretização da assimilação mental do apropriar-se da aprendizagem por parte do aluno. Assim o ensinar necessita da ação por parte do professor e ação de aprender por parte do aluno, como uma sociedade cooperativa e intencional para atingir a finalidade da construção do saber consciente, crítico e reflexivo, no enfrentamento não só da constituição da aprendizagem, mas também da reconstrução desses mesmos saberes, dentro da sociedade globalizada que muda a todo instante.

A educação é um bem cabível a todo cidadão. Sem a educação muitos problemas podem surgir em uma comunidade e até mesmo em um país. Segundo Brandão apud Pires (2003) a educação tem como objetivo guiar o homem no seu desenvolvimento, dotando-o de conhecimentos gerais sobre o mundo e a sociedade, com capacidade de julgar as mudanças que ocorrem neste mundo, é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. Sendo assim sua importância vai além da renda individual ou das chances de se obter um emprego, é com a educação que garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural.

Seus impactos são percebidos em diversos setores como: no combate à pobreza, quanto mais se estuda, mais se tem oportunidades de entrar no mercado de trabalho; faz

a economia crescer, promove a saúde, diminui a violência, garante acesso a outros direitos, ajuda a proteger o meio ambiente, aumenta a felicidade, fortalece a democracia e a cidadania, faz com que se compreenda o mundo.

Significa o processo de crescimento pessoal, assumido pelo próprio educando ao tomar consciência de sua própria pessoa, de suas 18 aptidões, de suas metas desejáveis, de um ideal. É um processo que dura a vida inteira (Meneses et al, 2002).

Segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):

(O) Ministério da Educação, (...) reconhece na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. A educação formal pública é a cota de responsabilidade do Estado nesse esforço social mais amplo, que não se desenrola apenas na escola pública, (...). A escola pública e, em um nível mais geral, a política nacional de educação exigem formas de organização que favoreçam a individuação e a socialização voltadas para a autonomia. (BRASIL, 2005, p.5)

A educação é considerada um fenômeno visto em qualquer sociedade, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da passagem, às gerações que se seguem, dos meios culturais necessários à convivência de um membro na sua sociedade. Nos mais variados espaços de convívio social ela está presente.

Nesse sentido, educação coincide com os conceitos de socialização e endoculturação que é entendido como o processo permanente de aprendizagem de uma cultura que se inicia com assimilação de valores e experiências a partir do nascimento de um indivíduo e que se completa com a morte, ou ainda processo que explica a transmissão e a aprendizagem de comportamentos dentro de uma mesma cultura (geralmente quando se é criança).

A prática educativa formal, que ocorre nos espaços escolarizados, que sejam da Educação Infantil à Pós-Graduação dá-se de forma intencional e com objetivos determinados, como no caso das escolas. No caso específico da educação formal exercida na escola, pode ser definida como Educação Escolar.

No caso específico da educação exercida para a utilização dos recursos técnicos e tecnológicos e dos instrumentos e ferramentas de uma determinada comunidade, dá-se o nome de Educação Tecnológica. Outra prática seria a da Educação Científica, que se dedica ao compartilhamento de informação relacionada à Ciência (no que tange a seus conteúdos e processos) com indivíduos que não são tradicionalmente considerados como parte da comunidade científica. Os indivíduos-alvo podem ser crianças, estudantes universitários, ou adultos dentro do público em geral.

A educação sofre mudanças, das mais simples às mais radicais, de acordo com o grupo ao qual ela se aplica, e se ajusta a forma considerada de padrão na sociedade. Mas, acontece também no dia a dia, na informalidade, no cotidiano do cidadão. Nesse caso sendo ela informal.

Tais mudanças são percebidas no atual contexto da ideologia neoliberal, que passa a ser vista, pelo viés da Economia, como formação do capital humano. Segue-se um modelo de formação, de sujeitos produtivos para o mercado, que se torna hegemônico, constituído pelas competências necessárias à empregabilidade.

Como o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor do que as liberdades públicas e democráticas e contesta a participação do estado no amparo aos direitos sociais, vem representar uma regressão do campo social e político e corresponde a um mundo em que o senso social e a solidariedade atravessam uma grande crise. É uma ideologia neoconservadora social e politicamente. Por isso, afina-se facilmente na sociedade administrados e chamados países avançados, em que o cidadão foi reduzido a mero consumo.

O neoliberalismo, segundo Tomás Tadeu da Silva (Gintili & Silvia, 1995, p 21), promove uma regressão da esfera pública, na medida em que aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando, assim, o conteúdo político da cidadania, substituindo-o pelos direitos do consumidor. É como consumidores que o neoliberalismo vê alunos e pais de alunos.

Pode-se pensar que esse processo se evidencia ao que se chama de “educação bancária”, considerando que os depósitos de saber são incompatíveis com o crescimento intelectual e da consciência crítica, especialmente dos jovens e adultos. Deste prisma, a criatividade, a consciência crítica, as reflexões passam ao largo, produzindo realmente um cidadão mudo, útil, solitário.

Para Paulo Freire, um dos grandes educadores e militantes na construção de uma educação libertadora e que foi capaz de instrumentalizar as camadas populares para a luta contra as relações opressoras do capitalismo, na sua prática enquanto educador no Brasil se contrapõe a ideologia do neoliberalismo. Ele mostrou a profunda coerência entre teoria e prática da educação e do educador. A pedagogia freiriana, traz a consideração do conhecimento como possibilidade de superação de relações verticais contraditórias e de modelos mecanicistas de análise da realidade social e implantação de novas propostas que indiquem esperança e a necessidade de mudanças. Suas obras são traduzidas, utilizada e debatida em vários idiomas e em muitos países. Em um sentido

completamente diverso da globalização hegemônica do capitalismo, podemos dizer que Freire é um dos pensadores da educação e da pedagogia mais "globalizados". Os numerosos eventos, as publicações e as constantes referências à sua obra e ao seu legado prático-teórico demonstram a possibilidade concreta de a sua pedagogia vir a ser um contraponto vigoroso à influência do pensamento neoliberal que trata a educação como recurso para o mercado.

Educação para Paulo Freire é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da identidade cultural, tanto em sua individual, como em relação à classe dos educandos, é essencial a prática pedagógica proposta. Educação é ideologia, mas dialogante, pois só assim pode se estabelecer a verdadeira comunicação da aprendizagem ente seres constituídos de almas, desejos e sentimentos.

Neste sentido cabe entender as diversas modalidades de ensino com seu campus de pesquisas existentes na educação e na educação para o turismo, como de fato elas contribuem para o desenvolvimento do homem e como esses modelos são desenvolvidos no atual cenário da educação brasileira, sabendo que a educação em qualquer modalidade abre as portas para o mercado de trabalho. Mercado de trabalho que se torna cada dia mais exigente, no caso do turismo essa exigência se apresenta pelas peculiaridades existentes nos seus diversos segmentos que vão da hotelaria ao agenciamento.

Acredita-se que o desenvolvimento do homem está associado à aquisição da educação e a inserção no mercado do trabalho, este último é necessário para assegurar a existência material, fazendo ainda com que se ganhe dinheiro, implica esforços, e que oferece um meio de expansão das próprias forças e capacidades humanas de forma útil, de criatividade, de enriquecimento da existência pessoal e de alargamento dos horizontes. Podendo ainda garantir segurança em si mesmo, a estima, o orgulho, o desabrochar pessoal a satisfação existencial.

Dessa forma torna-se necessário um entendimento dos modelos de educação existentes, para perceber qual deles prioriza de fato a capacidade de agir e de pôr em prática as habilidades exigidas em suas atividades.

2.2 Educação Profissional no Brasil

O ensino profissional foi um marco importante para o Estado Nacional a partir de 1930. Esse processo de mudanças deu um novo rumo às políticas na educação do país.

Historicamente, a educação brasileira traz consigo a marca da dualidade estrutural que se caracteriza pela existência de tipos diferentes de escola para classes sociais distintas (Kuenzer, 2005). Se para a parcela da população que detém a hegemonia política, cultural e econômica, a trajetória escolar se constitui quase sempre no acesso a uma educação básica propedêutica e no ingresso em cursos universitários, para a grande maioria resta como alternativa uma educação básica precária, associada, quando possível, à formação para o trabalho em cursos técnicos e, mais recentemente, em cursos superiores de tecnologia. Essa dualidade vem de um processo de submissão que foi construído pela implantação da educação no Brasil inicialmente pelos jesuítas que tinham como missão converter os indígenas a fé católica por meio de catequese e da instrução.

Pode-se dizer que o primeiro plano de estudos em terras brasileiras foi aquele elaborado pelo padre Jesuíta Manoel da Nóbrega, inicialmente com o português, daí para frente, em caráter opcional, oferecia o ensino da música instrumental, do canto orfeônico e uma bifurcação composta, de um dos lados, do aprendizado profissional e agrícola, do outro, aprendizagem de gramática latina e, por último, viagem de estudos à Europa (Ribeiro, 2000).

Com a morte de Manoel da Nóbrega assume o Marques de Pombal, com um novo plano de caráter humanístico, voltado a elite, expulsando a Companhia de Jesus, que tinha como objetivo “educar o cristão a serviços da ordem religiosa e não dos interesses do país”. No século XVIII, o Marques de Pombal queria tornar a colônia menos dependente das importações de produtos industrializados e estimular a economia local e agrícola.

Esse processo favorece a passagem do capitalismo, exclusivamente mercantil, em direção ao capitalismo industrial, iniciando assim constantes divergências em relação ao desenvolvimento industrial e educativo no Brasil, só vindo a mudar com a chegada de D. João ao Brasil, em 1808.

Assim a Educação Profissional no Brasil só teve seu “momento decisivo” nas políticas educacionais voltadas à formação profissional. As primeiras iniciativas de

criação de ensino profissional no país revelam uma clara intenção assistencial, uma vez que era destinado a “amparar os órfãos e os demais “desvalidos de sorte”. A primeira delas, a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente D. João, em 1809, no entanto já estava relacionada às necessidades emergentes da economia, pois ocorreu logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras (Regattieri, 2009).

Desde essa primeira ação governamental, passando pelas iniciativas do 2º Império, o atendimento visava prioritariamente aos menores abandonados. Também foram criadas associações civis, como os Liceus de Artes e Ofícios, para “amparar crianças órfãos e abandonados” oferecendo-lhes instruções e iniciando-as em ocupações industriais.

Exatamente dez anos após a criação da casa da província da Paraíba, foi criado, no Rio de Janeiro (1875) outro estabelecimento de mesma natureza filantrópica, o Asilo dos Meninos Desvalidos, meninos pobres, que não tinham família ou um tutor que pudesse oferecer educação segura, ou órfã e menores abandonados.

Cunha (2000, p. 91) afirma que a clientela do Asilo era composta por aqueles que, “de idade entre 6 e 12 anos, fossem encontrados em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa adequada para frequentar escolas comuns, vivessem na mendicância”. No Asilo, recebiam instrução primária, seguida de disciplinas especiais e aprendiam diversos ofícios. As disciplinas especiais oferecidas no Asilo dos Meninos Desvalidos incluíam álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes, escultura e desenho e música vocal e instrumental. Quanto aos ofícios, estavam inclusos os de tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, courearia e sapataria.

Segundo o pedagogo Barbosa (2011) os intelectuais e governantes da época consideravam as classes pobres brutas e selvagens. Nessas classes, estavam os mestiços, os descendentes de índios e os negros. As elites defendiam que as pessoas com poucos recursos, invariavelmente, estavam destinadas aos vícios, a prostituição, a mendicância e ao roubo. Assim, os meninos desvalidos, além de servirem a Província, também seriam morigerados, ou seja, doutrinados, polidos.

Ao concluírem a aprendizagem, os artífices do Asilo dos Meninos Desvalidos permaneciam nos cursos por mais três anos, trabalhando nas oficinas com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhes era entregue ao final deste período.

Ainda, conforme Regattieri (2009, p. 19) pode-se dizer que o primeiro passo decisivo nas políticas referentes à educação profissional teve início no século XX. Surgem 19 Escolas de Aprendizes Artífices destinados “aos pobres e humildes”, por intermédio da iniciativa de Nilo Peçanha, em 1908, pelo decreto nº 7.5666 de 1908. A localização dessas escolas nas capitais (do Rio de Janeiro, Minas Geras), e não nos pólos manufatureiros evidencia uma preocupação mais política do que econômica, representada pela necessidade de o governo federal marcar sua presença nos estados, para barganhar cargos e vagas nas escolas, em troca de favores regionais), vindo a se constituírem no embrião da atual rede de instituições federais de educação tecnológica. Nesta mesma década, foi organizado o ensino agrícola, objetivando formar “chefes de cultura, administradores e capatazes”. Foram ainda criadas escolas-oficina destinadas à formação de ferroviários para atender ao crescimento deste setor. Nesta mesma década houve através da Câmara dos Deputados, debates sobre a expansão, do ensino profissionalizante com objetivo de estender a rede de ensino a todos os cidadãos.

No segundo momento em 1931, ocorreu uma reformulação que organizou o ensino secundário bem como o ensino profissional comercial, e em 1934 uma nova Constituição estabeleceu a competência da União para “traçar Diretrizes da Educação Nacional” e “fixar o Plano Nacional de Educação”.

Porém foi a partir de 1990, que se iniciou a implantação de uma nova institucionalidade no campo educacional, sobretudo a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, e de sua posterior regulamentação, decretos, portarias, pareceres, resoluções e medidas provisórias, “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciência e a tecnologia”, com o objetivo de conduzir “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (art.39).

A Lei 9394/96 (20/12/1996), que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou, também conhecida, “Lei Darcy Ribeiro”, é considerada um marco na sua forma de tratamento, pela forma global com que o tema é tratado, e pela flexibilização permitida ao sistema e aos alunos. Até então, as demais Leis de Diretrizes e Bases anteriores, assim como leis orgânicas para os níveis e modalidades de ensino, sempre tratava a educação profissional apenas parcialmente.

A Lei de Diretrizes de Bases no capítulo III do Título V – “Dos níveis e das modalidades de educação e ensino” – é totalmente dedicado a educação profissional, tratando-a como parte do sistema educacional. Neste novo enfoque a educação profissional tem como objetivos não só a formação de nível médio, mas a qualificação,

a requalificação, a reprofissionalização de trabalhadores de qualquer nível de escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. Enfim, regulamenta a educação profissional como um todo, contemplando as formas de ensino que habilitam e estão referidas em níveis da educação escolar no conjunto da qualificação permanente para as atividades produtivas. Embora a Lei não o explique, a educação profissional é tratada como um subsistema do ensino.

Através do Decreto 2.208/97, que é o principal instrumento jurídico da Educação Profissional até 2004 são feitas mudanças na educação profissional, uma delas é a definição da educação profissional em: básico, destinados a trabalhadores jovens e adultos independente de escolaridade, com o objetivo qualificar e requalificar. Um segundo nível, o técnico, para alunos jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio; e o terceiro, nível tecnológico, que dá formação superior, tanto graduação como pós-graduação, a jovens e adultos.

O Decreto também trata da organização curricular. Aos que concluíram os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional. A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

Porém o Decreto mais recente 5.154, de 23 de julho de 2004, regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.349/96 – Lei de Diretrizes e Bases e revoga, em seu RT. 9º o Decreto 2208/97 até então o principal instrumento legal da educação profissional, veio apagar o sentimento de insegurança decorrente das modificações pelas quais a educação vinha passando, com atribuições de novas responsabilidades, como a de incluir entre seus cursos o Programa Nacional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja -, instituídos pelo Decreto 5.840/06.

O documento prevê o desenvolvimento da educação profissional através de cursos e programas, em três planos: formação inicial e continuada de trabalhadores – inclusive integrada com a educação de jovens e adultos; educação profissional de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Introduz alguns conceitos novos como o de *itinerário formativo*⁴, (ajudam o aluno a planejar sua carreira profissional em uma perspectiva de educação continuada)e

¹ Itinerário formativo - É o conjunto dos percursos de formação propiciados por uma Instituição de Educação Profissional dentro de cada uma das diferentes áreas profissionais. É por meio dos Itinerários

estabelece à articulação, em diferentes graus, que o decreto chama de: Integrado (quando o curso de nível médio é oferecido ao mesmo tempo em que a formação técnica e o aluno tem matrícula única); Concomitante (quando os cursos são dados separadamente, até em instituições diferentes) -cursos técnicos destinados a quem está fazendo o ensino médio, mas com matrícula independente desse - representa na prática, a permanência dos princípios oriundos do Decreto 2.208/1997, mesmo após sua revogação; Subsequente (quando a formação técnica é oferecida a quem já concluiu o ensino médio) – justifica-se pelo fato de que há muitos jovens e adultos que concluíram o ensino médio propedêutico de baixa qualidade e que não vão para o ensino superior, nem tem condições de inserção em atividades complexas, entre as ocupações de nível médio.

O decreto ainda introduz a terminalidade em “etapas”, ou seja, várias vias de saída durante a formação técnica de nível médio e também a graduação tecnológica, sempre observando que o aluno tenha certificação da terminalidade obtida e a possibilidade de continuar os estudos aproveitando a etapa cumprida.

Art. 6º os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica superior, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão.

§ 1º para fins do disposto no caput considera-se etapa com terminalidade a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.

§ 2º as etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão.

No setor do turismo a educação profissional no Brasil vem da década de 50, liderados, sobretudo pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, de abrangência nacional e com administradores autônomos em cada estado e Federação. Os cursos do SENAC principalmente nas regiões Sul e Sudeste, atendiam a qualificação de quadros operacionais de base para hotéis e restaurantes, em diversos restaurantes-

escola. No final da década de 60, instalou no Estado de São Paulo, seu primeiro hotel escola, também priorizando a qualificação. No Nordeste esse modelo de educação passa a ser ofertado pelo SENAC a partir dos anos de 1970, apresentando dificuldades de professores com conhecimento e técnicas.

Essa instituição garante até hoje a educação profissional com cursos profissionais e gratuitos, por meio do qual são ofertadas vagas gratuitas destinadas as pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores, alcançando em 2014 a meta estabelecida de 66,66% de aplicação dos recursos recebidos da contribuição compulsória em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.

Para a educação de nível técnico são requeridas competências básicas (constituídas na educação básica), competências gerais da área (indicadas nos quadros anexos da Resolução CNE/CEB nº 04/99) e as competências específicas de cada qualificação ou habilitação, definidas pela escola a partir do perfil profissional de conclusão que atende às demandas pessoais, sociais e econômicas locais ou regionais.

Assim a educação de nível médio em Turismo e Hospitalidade, para atender às exigências requeridas pelo mercado de trabalho deve ser estruturada dessa forma:

- Receber formação com a constituição de competências gerais e comuns a toda a área, que lhe permita compreender e apreender seu processo de produção e prestação de serviços, e ganhar flexibilidade e versatilidade visando acompanhar suas transformações e as variações do mercado de trabalho, bem como simplificando a volta a estudos para outras qualificações, habilitações ou especializações nessa área profissional;
- Receber formação que desenvolva competências específicas relativas ao profissional definido pelo perfil de conclusão que atende às demandas constatadas.

Já as competências profissionais gerais do técnico da área de Turismo e Hospitalidade são:

- Conceber, organizar e viabilizar produtos e serviços turísticos e de hospitalidade adequados aos interesses, hábitos, atitudes e expectativas da clientela;

- Organizar eventos, programas, roteiros, itinerários turísticos, atividades de lazer, articulando os meios para sua realização com prestadores de serviços e provedores de infraestrutura e apoio;
- Organizar espaços físicos de hospedagem e de alimentação, prevendo seus ambientes, uso e articulação funcional e fluxos de trabalho e de pessoas;
- Operacionalizar política comercial, realizando prospecção mercadológica, identificação e captação de clientes e adequação dos produtos e serviços;
- Operar a comercialização de produtos e serviços turísticos e de hospitalidade, com direcionamento de ações de venda para suas clientelas.
- Avaliar a qualidade dos produtos, serviços e atendimentos realizados.
- Executar atividades de gerenciamento econômico, técnico e administrativo dos núcleos de trabalho, articulando os setores internos e coordenando os recursos;
- Executar atividades de gerenciamento do pessoal envolvido na oferta dos produtos e na prestação dos serviços;
- Executar atividades de gerenciamento dos recursos tecnológicos, supervisionando a utilização de máquinas, equipamentos e meios informatizados;
- Realizar a manutenção do empreendimento, dos produtos e dos serviços adequando-os às variações da demanda;
- Comunicar-se efetivamente com o cliente, expressando-se em idiomas de comum entendimento.

As competências são definidas pela escola para completar o currículo, em razão do perfil profissional de conclusão da habilitação. As matrizes de referência, já apresentadas, construídas com base no processo de produção da área, visam fornecer subsídios para esta definição e, portanto, para a elaboração dos planos de curso. Lembra-se aqui que a carga horária mínima de cada habilitação da área é de 800 horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames, quando houver.

Mesmo com esse aparato de regras a educação profissional em nível técnico, no ensino médio ou no profissionalizante passou por diversas transformações sendo

necessário um melhor alinhamento na sua estrutura. Em 2008 é lançado o primeiro Catálogo dos Cursos Técnicos, sendo atualizado de 2009 a 2011 através do MEC que designa uma Comissão denominada-Comissão Executiva Nacional de Avaliação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CONAC), composta por representantes do próprio MEC, do Conselho Nacional de Educação (CNE), de entidades diretamente ligadas à autorização e oferta de cursos técnicos, além de especialistas da área de educação profissional e tecnológica, passa a atualizar o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e como resultado do trabalho realizado, a nova versão, é apresentada com a incorporação de 35 novos cursos, considerados de grande relevância para a formação profissional dos jovens e adultos do país e que respondem às demandas existentes.

A versão mais atual do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos que está em vigor desde 2012 contempla 220 cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, Eixo Tecnológico: Ambiente Saúde; Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais, Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social, Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, Eixo Tecnológico: Infraestrutura, Eixo Tecnológico: Militar, Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia, Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design, Eixo Tecnológico: Produção Industrial, Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, Eixo Tecnológico: Segurança, Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Apesar de ser vista como uma educação voltada para o público mais necessitado e carente, este modelo de educação vem se apresentando com grandes perspectivas cujo cenário atual no Brasil em diversas instituições de ensino vem favorecer o acesso ao mercado de trabalho, um estudo do SENAI mostrou que um ano depois de obterem o diploma, os egressos dos cursos de técnico integrado ao ensino médio, bem como os do curso técnico e profissionalizantes formados nas instituições de ensino conseguem aumentar sua renda em 24%. O levantamento acompanhou metade das quase 40 mil que terminaram os cursos em 2010. Desse total, 72% conseguem trabalho no primeiro ano depois de se formarem. Os que atuam em áreas relacionadas à de formação são 73% dos que estão ocupados. A renda média deles é 19% maior que os ocupados em outras áreas.

De acordo com o Mapa do Trabalho Industrial, entre 2012 e 2015, a indústria brasileira vai precisar de 7,2 milhões de profissionais com formação técnica e profissionalizante. E do total, 1,1 milhão serão vagas para jovens em busca do primeiro emprego. Em comparação com o estudo de 2008, houve aumento de 24% na demanda

profissionais qualificados – a necessidade apontada para o período de 2008 foi de R\$ 5,8 milhões. Essa pesquisa mostra que a demanda pela capacitação de 7,2 milhões de profissionais estará distribuída em 177 ocupações diferentes. São profissões procuradas, principalmente, pela indústria de alimentos, têxtil, automotiva, da construção civil, eletrônica, serviços entre outros setores. O maior número de oportunidades se concentra nas regiões Sul e Sudeste, especialmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná.



Figura 1. Quadro da demanda por cursos profissionalizantes em 2008

Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

De acordo com os dados do mapa, elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que serve para subsidiar o planejamento da oferta de formação profissional da instituição, bem como apoiar os jovens brasileiros na escolha da profissão e, com isso, aumentar suas chances de ingresso no mercado de trabalho, as áreas técnicas com maior demandada são as de técnico em controle de produção com 88,76%, a de técnico em eletrônica com 39,91%, a de técnicos em eletricidade em eletrônica com 27,97%, a de técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações com 25,20% e o de técnicos em operações e monitoramento de computadores com 21,67%.

Outras pesquisas realizadas pelo Instituto Votorantim e pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2010, apontam que a chance de uma pessoa da população em idade ativa entrar no mercado de trabalho com formação profissional concluída é de 48% maior que outra pessoa sem estes cursos.

Na rede federal a realidade não difere as demais instituições, na oferta dos cursos que seguem o Catálogo Nacional dos Cursos, os dados apontam que o acesso dos egressos dos cursos do Ensino Médio Integrado ao Técnico, é de grandes proporções em diversos setores da economia.

Cabe fazer uma breve reflexão sobre esse modelo de ensino que mesmo com a herança colonial e escravocrata, no Brasil na qual o conceito de trabalho e dos que trabalham é fortemente desvalorizada, a educação para os trabalhadores é, inicialmente, mera aprendizagem prática e voltada para o ensino de ofícios, como idealizada no princípio, muitas vezes voltada para a segregação e exclusão de uma classe na sociedade, educação profissional é considerada importante, pois permite o acesso ao emprego, a educação e a ocupação de um cargo, divergente da educação tecnológica que busca e incentiva a pesquisa e o desenvolvimento científico e está alinhada com as necessidades do trabalho, se tornando também fundamental para o desenvolvimento do país. É nesse modelo de educação divergente da profissional que se torna mais evidentes os vínculos entre educação, território e desenvolvimento, elementos cuja articulação é indispensável.

2.3 Concepção e desenvolvimento da Educação Superior Tecnológica

Identificar a concepção da educação tecnológica é uma tarefa difícil, pois a mesma além de ser nova, recebe diferentes interpretações. Isso porque são poucas as distinções existentes nas discussões e análise sobre a educação tecnológica.

Logo após a vigência da lei 6.545/78, parte do grupo que a elaborou começa a questionar tanto o conceito da educação tecnológica, quanto à necessidade de se instaurar essa educação e um país que ainda estava bastante distante da sofisticação tecnológica. Após um momento de grandes discussões é criado em 1993, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que visa integrar o país no processo de desenvolvimento mundial e no uso das denominadas novas tecnologias, visando o preparo de profissões, capazes de absorver e gerar tecnologias:

(...) A educação tecnológica guarda compromissos prioritários como o futuro, no qual o conhecimento vem se transformando no principal recurso gerador de riquezas, seu verdadeiro capital, e exigindo por sua vez uma renovação da escola, para que ela assuma seu papel de transformadora da realidade econômica do país. (Brasil. MEC/Setec 1994)

A Setec lança dois conceitos bastante diversos, da educação tecnológica, um privilegia o pragmatismo e o resgate da teoria e o outro trata da educação tecnológica como ampla, destacando a necessidade da sociedade, e a de se buscar uma educação tecnológica que seja capaz de unir teoria e prática, concepção e execução, educação geral e profissional conscientes.

Ainda nos antigos Cefets embasa a concepção da educação tecnológica fundada pela tradição marxista e gramscista. Sobre Marx, procurou-se resgatar os seguintes pressupostos: trabalho como princípio educativo, politecnicidade, isto é, formação técnica ampla; articulação entre teoria e prática; formação omnilateral do homem, que busca formar o “homem novo”, que reúne em si tanto habilidades manuais, quanto intelectuais, tanto capacidade produtiva, quanto possibilidade de fruição, harmonização de trabalho e tempo livre e na teoria de (Gramsci 1986, 1988) busca-se completar, sobretudo, estes princípios: escola unitária, que vincula o fato educativo ao fato político, mas também ao fato de produção e do trabalho; antiespontaneísmo e priorização de uma educação baseada na disciplina: princípio educativo baseado na cultura, na qual o trabalho é a categoria fundamental.

Segundo Oliveira (200), o conceito de educação tecnológica vai além da formação técnica, que se reduz à simples treinamento, e se relaciona com uma dada concepção de educação e de tecnologia. As tecnologias, na perspectiva da educação tecnológica, são consideradas tanto como artefatos sociais e culturais, impregnados de poder, intenções e interesses diversos, quanto como mediadoras da interação social e cognitiva do homem com a estrutura societária. Para o autor a educação é concebida em uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa o atendimento dos interesses do mercado, contemplando também, e principalmente, as necessidades da sociedade. Essa concepção da educação deve estar fundamentada no trabalho concreto, produtivo e reprodutivo e integrar cultura e produção, ciência e técnica, atividade intelectual e manual.

A partir do acelerado crescimento no cenário econômico político internacional, vinda dos Estados Unidos da América que já se tornava na década de 1930 a 1940, como potência mundial, o Brasil, de certa forma, passa a caminhar para a modernização. Essa modernização era explicitamente compreendida com base em um evolucionismo econômico-social, bastante semelhante às ideias evolucionistas européias do século XIX que foram úteis ao domínio colonial.

O golpe militar de 1964 faz com que o país mudasse o foco nas ideias nacionalistas e buscasse acelerar o desenvolvimento para o país crescer, com planos não somente em infraestrutura, mas em ciência, tecnologia e os sistemas de educação, dentre outros campos. Tais planos alicerçados pelo capital nacional, pelas estatais e pelas empresas multinacionais; além dos Estados Unidos que se encarrega de possibilitar, através de diversos acordos, o repasse de recursos e suporte técnico. Para aquele modelo se sustentasse,

[...] era preciso um aparato de ciência e tecnologia que pudesse adequar o modelo às condições ambientais e sociais, e estruturar um ambiente de pesquisa [...] que pudesse fornecer o suporte ao modelo. Os mesmos objetivos pragmáticos orientaram... [...] o planejamento educacional e outras áreas tidas como estratégicas para a implementação da modernização conservadora. (LEHER, 2005, p. 214).

Nessa mesma época do golpe militar ocorreu o estabelecimento das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – a Lei Federal 4024, que em seu Artigo 104, se possibilitará “a organização de cursos experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios”. Tendo sido considerada o primeiro passo formal no sentido de criar cursos superiores diferenciados.

Na década de 1960 surgem diversas propostas governamentais para a implantação de cursos superiores diferentes dos tradicionais. Uma das características específicas destes cursos seria o fato de serem organizados com base em uma duração mais curta. O Conselho Federal de Educação (CFE), de 1962, deu respaldo para a Diretoria de Ensino Superior (DES, mais tarde departamento de assuntos Universitários – DAU) propostas de criação de modalidade distinta de engenheiros. Estes seriam formados em cursos denominados engenharia de operação,

[...] para atender a demanda da indústria, em especial da automobilística que, em função do crescente desenvolvimento tecnológico, passou a exigir um profissional mais especializado em uma faixa menos de atividades, capaz de encaminhar soluções para os problemas práticos do dia a dia da produção, assumindo cargos de chefia e orientando na manutenção e na superintendência de operações. (Brasil, CNE, 2002)

Porém só com a Lei 5540, de 28 de novembro de 1968, com a implantação da Reforma Universitária, iniciar-se o processo de formalizar as discussões e instrumentos legais, no sentido de implantar “cursos profissionais de curta duração”, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior” (Artigo 23, Parágrafo 1º), isto é cursos superiores de curta duração de uma maneira geral, em diferentes áreas, para fazer “em face de peculiaridade do mercado de trabalho regional” (Artigo 18).

Durante o ano de 1963 este modelo de educação é aprovado pelo Parecer 60/63 e em 1965 emite o parecer 25/65 – com base em estudos de uma comissão do DES/MEC – fixando de forma definitiva a nova modalidade de curso de engenharia, lembrando que seria novidade no Brasil, mas já tradicional em países mais industrializados. (Nascimento, 1978, p.40). A engenharia de operação será então definida como uma “formação profissional tecnológica de nível superior”, em cursos com duração de 3 anos – em oposição aos cursos de formação profissional científica, que não se confundem como os primeiros por exigirem preparação científica mais ampla e, em consequência, maior duração, isto é de 5 anos (Parecer 25/65, apud Nascimento, 1978: p.40). Em 1969 o curso de Construção Civil passa a ser ofertado nas modalidades: Edifícios, Obras Hidráulicas e Pavimentação da Fatecem São Paulo, reconhecido pelo MEC em 1973. Os cursos de formação de tecnólogos passaram por uma fase de crescimento durante os anos 70.

Em 1979, o MEC mudou sua política de estímulo à criação de cursos de formação de tecnólogos nas instituições públicas federais e a partir dos anos 80 esses cursos foram extintos. Inicialmente esses cursos eram vistos no seu início como “cursos inferiores”, por serem de curta duração em relação aos de bacharelados e interpretados como um “alento” para quem havia sido excluído do sistema de Educação Superior passando a ganhar espaço, status e credibilidade, quando começam a se mostrar como alternativa para quem quer flexibilidade e crescimento profissional.

A partir de 1993, cria-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica que “visa integrar o país no processo de desenvolvimento mundial e o uso das denominadas novas tecnologias, visando o preparo de profissionais, capazes de absorver a gerar tecnologia” (Brasil, MEC/Setec, 1994), como evidencia a citação:

(...) A educação tecnológica guarda compromisso prioritário com o futuro, no qual o conhecimento vem se transformando no principal recurso gerador de riquezas, seu verdadeiro capital, e exigindo por sua vez uma renovação da escola, para que ela assume seu papel de transformadora da realidade econômica do país. (Brasil, MEC/Semtec 1994).

A importância histórica do ensino profissional é representada pela equivalência entre os estudos acadêmicos e os profissionais, que passou a ser possível em 1950, criando ponte tanto entre os dois tipos de ensino quanto entre os ramos dos cursos profissionais. Essa fase foi definida como de equivalência plena entre os cursos, no mesmo nível de escolaridade, ocorrida alguns anos depois, da primeira Lei de Diretrizes

e bases da Educação Nacional, que equiparou, para todos os efeitos, o ensino profissional ao acadêmico.

Assim a partir de 1998 os cursos superiores de tecnologia ressurgiram, com nova legislação, como uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira. É importante ainda perceber que a Educação de curso superior e tecnológica não é mini bacharelado ou um bacharelado compacto, com duração menor devido ao corte de disciplinas generalistas. Na verdade, a formação de tecnólogo refere-se à realização de curso superior com foco na tecnologia e, portanto, com uma prática pedagógica bastante diferenciada.

O documento que trata das Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, diz que:

[... acredita-se que em termos conceituais, quer e suas práticas, são bastante complexas, não se restringindo, portanto, a uma compreensão linear, que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente prepare o trabalhador para executar tarefas instrumentais. Sua fundamentação envolve o estreito vínculo com o maior da educação, circunscrita aos caminhos percorridos por nossa sociedade].

Cabe aqui uma reflexão a respeito do que realmente se almeja nesse modelo de educação que prioriza o mercado e que tenta por diversas vezes torná-lo um cidadão conhecedor e pensador do mundo. O que se espera é que educação tecnológica, por seu turno, conduza aos caminhos da inovação no sentido específico de despertar a consciência de agentes de inovação tecnológica, buscando entender seus papéis e funções na sociedade por meio das relações de produção que são estabelecidas.

Para Mota (2011), até o início do século XXI, os cursos superiores de tecnologia no Brasil passam por grande expansão, principalmente no Nordeste, onde a necessidade de formação e qualificação de pessoas é mais veemente. Vale ressaltar que a demanda por novos postos de trabalho que fez surgir essa nova modalidade de curso superior, denominados Cursos Superiores de Tecnologia, cursos inovadores que possuem um traço profissional de caráter específico, em que a formação profissionalizante (tecnológica específica) está ancorada a uma base tecnológica, que vem a ser entendida como conjunto sistematizado de conceitos, princípios e processos tecnológicos resultantes, em geral, da aplicação de conhecimentos científicos a uma área produtiva e que dão suporte às competências e habilidades.

As competências são as capacidades de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz

as atividades requeridas pela natureza do trabalho e as habilidades que é a capacidade de agir prontamente, mentalmente e por intermédio dos sentidos, com o uso ou não de equipamentos, de máquinas de ferramentas ou qualquer instrumento. Trata-se do aspecto prático das competências profissionais, relativos ao “saber fazer” determinada operação. As habilidades permitem que as competências sejam colocadas em ação, em realizações eficientes e eficazes. Saberes apropriados que geram um saber-fazer que não é produto de uma instrução mecanicista, mas de uma construção mental que pode incorporar novos saberes. Este processo está associado ao uso de equipamentos, máquinas, de ferramentas de instrumentos e até diretamente dos próprios sentidos: aplicar, apresentar, calcular, citar, classificar, coletar, comparar, compilar, conferir, cortar, cumprir, descrever, documentar, efetuar, executar, fazer, justificar, identificar, indicar, instalar, interpretar, listar, medir, nomear, operar, organizar, quantificar, realizar, registrar, relacionar, seriar, usar, utilizar, verificar e outros.

Atualmente a educação tecnológica é estruturada como um subsistema público balizado pelos princípios constitucionais e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), incluindo: a Federação, os estados e os municípios; os diversos agentes envolvidos, o setor público e privado; as diversas redes existentes (ensino médio técnico – federal, estadual, municipal e privado; sistema S; universidades públicas e privadas; escolas e centros mantidos por sindicatos de trabalhadores; centros e escolas mantidos por diferentes ONGs de cunho comunitário e religioso; escolas e cursos mantidos por grupos empresariais e cursos livres profissionalizantes) e ministérios e secretarias envolvidos com a formação profissional.

Os cursos tecnológicos seguem regulamentos próprios, com destaque para a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNP/CP 3, 3 de 2002 que institui as diretrizes curriculares nacionais para a organização e o funcionamento dos mesmos. Outra normativa, o Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, trata da avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação, e indica que a [...] na perspectiva de formar profissionais aptos, a regulamentação dos cursos tecnológicos é de competência da Secretaria Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Essa Secretaria publica o Catálogo desses cursos como fundamento para a sua autorização e reconhecimento, conforme o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Na segunda edição desse Catálogo fica clara a proposta da educação tecnológica no Brasil:

a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades em determinado eixo tecnológico e com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade (Ministério da Educação, 2010, p. 8).

O Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia é um documento resultado da participação de especialistas e pesquisadores instituições de ensino superior e entidades de representação corporativa, dentre outros. É um instrumento elaborado pela equipe técnica da SenteC como a participação dos profissionais das diversas áreas ou eixos que o constitui, ele organiza e orienta a oferta dos cursos superiores de tecnologia, inspirados nas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Tecnológico e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e os requerimentos da sociedade atual. A primeira edição refere-se à criação do eixo “Segurança”, desmembrado do eixo “Ambiente e Saúde” de 2004 a 2006, este ainda tem como objetivo disciplinar as denominações dos cursos já oferecidos por instituições de ensino público e privados. Na segunda edição o plano traz alteração que diz respeito à inclusão do termo “Turismo” ao título do eixo “Hospitalidade e Lazer” a fim de trazer maior clareza ao público em geral sobre as tecnologias que envolvem os cursos abarcados por este eixo, propondo por fim uma nova denominação para o eixo tecnológico de “Apoio Educacional”, que passa a ser intitulado “Desenvolvimento Educacional e Social”, buscando uma maior abrangência dos temas da área social sua última versão em 2010.

Para a elaboração desta terceira edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, atividade essa coordenada pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior — SERES, com a colaboração da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica — SETEC, foram consideradas as propostas de atualização recebidas pelo MEC no período de 2011 e 2013, assim como as denominações dos Cursos autorizados em caráter experimental constantes da base de dados do sistema e-MEC, além das denominações de cursos já constantes do Catálogo de 2010. Essas atualizações foram instituídas por meio da Resolução CC-PARES nº 1, de 24/01/2014, — CCT de Atualização do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia, composta de diversos segmentos envolvidos na oferta dos CST no país, os quais foram incumbidos da indicação de especialistas, posteriormente selecionados pelo MEC, para a avaliação das propostas de atualização do Catálogo.

Esse documento além de direcionar os cursos por área diz que os cursos devem abordar “cultura, historicidade, atualidade, ética, tendo em vista o desenvolvimento

social, integrado e sustentável da sociedade brasileira e a soberania nacional”; e desenvolver “perfis profissionais amplos, com capacidade de pensar de forma reflexiva, com autonomia intelectual e sensibilidade ao relacionamento interdisciplinar, permite aos seus egressos prosseguirem seus estudos em nível de pós-graduação” (Ministério da Educação, 2006, p. 9).

Neste cenário o MEC define os cursos de tecnologia profissional como os de curta duração que visão formar profissionais para atender campos específicos do mercado de trabalho. O profissional formado recebe a denominação de tecnólogo e pode dar continuidade ao ensino, cursando em seguida o *stricto sensu* ou o *lato sensu* (Brasil 2005), embora algumas universidades públicas não aceitem tecnólogos para ingresso em cursos de mestrado. Conforme o Decreto 2208/97, os objetivos da educação profissional no Brasil são assim descritos:

- I - Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- II - Proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III - Especializar, aperfeiçoar a atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- IV - Qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. (BRASIL, 1997, art. 1º).

Ainda nesse decreto prevê-se que a educação profissional em nível tecnológico “correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados os egressos do ensino médio e técnico” (BRASIL, 1997, art.3º). Tais cursos deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas e conferirão diploma de Tecnólogo Formação profissional em Turismo.

A oferta de cursos na área de Turismo é bastante diversificada, segundo o MEC (1999 p.172), apresenta a seguinte diferenciação:

- a) Ensino superior: de acordo com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases - são os cursos de graduação (formação de profissionais: Bacharelado e Tecnólogo), pós-graduação *StrictuSensu* (Mestrado e Doutorado), *LatoSensu* (especialização e aperfeiçoamento), extensão e sequenciais;
- b) Ensino livre: cursos e programas não regulares.

c) Cursos técnicos: são os cursos profissionalizantes cuja oferta se encontra em escolas técnicas do antigo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, hoje Faculdade SENAC de Turismo e Hotelaria, entre outros, e são equivalentes ao ensino médio e pós médio completo. Procuram a formação técnico-profissional, como os cursos de guia de turismo (classe excursão nacional, classe excursão internacional), sendo a profissão reconhecida, com direito a carteirinha

d) Cursos sequenciais: cursos oferecidos em instituições de ensino superior credenciados pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e que possuem cursos de graduação reconhecidos na área. Podem ser de duas maneiras: primeiramente de formação específica oferecem diplomas e devem ser reconhecidos; e os de complementação de estudos oferecem apenas certificado e não são considerados cursos de graduação.

É importante ressaltar a diferença existente entre os cursos superiores de tecnologia e os cursos técnicos. Os cursos técnicos são de nível médio voltados para estudantes de que ainda não tenham feito ensino médio ou que apesar de já terem cursado o Ensino Médio pretendam preparar-se para o exercício de uma profissão.

A educação tecnológica, de acordo com Oliveira (2003), envolve o domínio do trabalhador nos processos físicos e organizacionais ligados aos arranjos materiais e sociais, e do conhecimento aplicado e aplicável, pelo domínio dos princípios científicos e tecnológicos próprios a um determinado ramo da atividade humana

Parecida com a história da ciência na modernidade, a tecnologia sofre e causa transformações profundas de caráter político, econômico, social e filosófico, na história do séc. XVII em diante. Miranda (2002, p.51) afirma que a tecnologia moderna não pode ser considerada um mero estudo da técnica. Ela representa mais que isso, pois nasceu quando a ciência, a partir do renascimento, aliou-se à técnica, com o fim de promover a junção entre o saber e o fazer (teoria e prática), segundo a autora:

A tecnologia é fruto da aliança entre ciência e técnica, a qual produziu a razão instrumental, como no dizer da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Esta aliança proporcionou o agir-racional-com-respeito-a-fins, conforme assinala Habermas, a serviço do poder político e econômico da sociedade baseada no modo de produção capitalista (séc. XVIII) que tem como mola propulsora o lucro, advindo da produção e da expropriação da natureza. Então se antes a razão tinha caráter contemplativo, com o advento da modernidade, ela passou a ser instrumental. É nesse contexto que deve ser pensada a tecnologia moderna; ela não pode ser analisada fora do modo de produção, conforme observou Max (MIRANDA, 2002, p.51).

Vê-se com isso que a união entre a educação e a tecnologia, já se perpetua de longas datas e que essa educação deve estar fundamentada no trabalho concreto,

produtivo e integrar cultura e produção, ciência e técnica, criatividade e atividade manual, elas interferem na construção do cidadão e do trabalho, e que faz parte atualmente de um processo de evolução com a fala de Max, colocando-a como o germe da educação do futuro.

Os alunos que buscam o ensino tecnológico após conclusão do ensino médio, enfatizam a autonomia no trabalho, estilo de vida agradável e permanência do trabalho, alinhada à cultura jovem emergente, na qual mudanças rápidas são vistas como vantagem positiva (Hjalager& Andersen, 2000). Preferem estilos de aprendizagem concreta ao invés da abstrata, o ativo ao invés do reflexivo; em outras palavras, gostam de atividades práticas, mas sentem-se menos confortáveis com a teorização e reflexão.

De um modo geral tais cursos são realizados com mais ênfase na prática do que na teoria, com embasamentos operacionais e disciplinas voltadas para uma linha de raciocínio prático e de gestão, cujo saber fazer predomina. O objetivo da educação tecnológica prioriza a utilização da informação voltada para aspectos práticos da vida das pessoas e para os negócios empresariais, ou seja, é uma educação voltada às necessidades do mercado.

A educação tecnológica segue então duas linhas de pensamento uma é comumente vista como uma educação mecânica, conhecida e manipulada por meio de máquinas e computadores. Para Lyotard (1988) Apud Kenski (2012) a tecnologia é tratada como o grande desafio da espécie humana, o grande desafio para a educação é adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e a apropriação crítica desses novos meios, a outra linha que trata a educação tecnológica por um lado mais social:

Educação tecnológica vai além da formação técnica, que reduz a simples treinamento, e se relaciona com uma dada concepção de educação e de tecnologia. As tecnologias, nas perspectivas da educação tecnológica, são consideradas tanto como artefatos sociais e culturais, impregnados de poder, intenções e interesses diversos, quanto como mediadora da interação social e cognitiva do homem com a sua estrutura material societária. Na verdade, as tecnologias devem estar a serviço da educação e da sociedade, contribuindo, também para minimizar a exclusão social. Oliveira, (2000, p 55)

Howell e Uysal (1987, pag.62) afirmam que existem duas áreas básicas em que educação para o turismo pode ser segmentada: o treinamento vocacional (vocational training) e educação profissional (professional education). A primeira se refere ao treinamento do pessoal da linha de frente, de manutenção e de apoio. O conteúdo desses cursos tende a ser pouco teórico e mais voltado para o desenvolvimento de habilidades práticas, como, por exemplo, recepcionistas, garçons, chefes de cozinha, cozinheiros,

agentes de viagem, guias de turismo e outros. A educação profissional é acadêmica por natureza e se destina para os que ocupam atividades de planejadores, gerentes, pesquisadores. Conceitos teóricos são ensinados, assim como a capacidade de interpretar, avaliar e analisar informações para a tomada de decisões tanto no setor privado como no público.

Analisando a visão do autor, podemos observar que a educação tecnológica está dentro da linha que se refere a pesquisa e ao planejamento

Para entender a educação tecnológica em turismo no Brasil, é necessário saber como se deu o início da Educação Superior. A Educação Superior e a profissionalização do turismo no Brasil tiveram seu início com os cursos de bacharelado em turismo no Brasil no início dos anos 1970. Em um contexto de formação profissionalizante, as políticas públicas promoviam a democratização do ensino, a partir da sua privatização, ao lado de contingentes de formados no ensino médio, em especial oriundos de classe média, que precisavam se inserir no mercado de trabalho ou terem novas oportunidades neste, (Denker 2006). A educação superior de turismo passa a ser incentivada com as alterações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) brasileiras no final da década de 1990, permitindo a organização de cursos e escolas experimentais.

O ensino do turismo no Brasil sofreu diferentes fases de evolução. Para Ansarah (2002) estas fases foram marcadas inicialmente na década de 1970, com a criação dos primeiros cursos de turismo e hotelaria que se instalam no Brasil. A segunda fase, na década de 1980, foi marcada pela estagnação de oferta de cursos decorrentes de problemas econômicos no País, o que ocasionou, inclusive, o fechamento de vários cursos. A terceira fase, na década de 1990, caracteriza-se pela valorização dos cursos no âmbito acadêmico, com aumento no número de cursos na área de turismo, hotelaria e administração com habilitação em turismo e hotelaria nas capitais e com distribuição mais igualitária nas demais regiões brasileiras. A quarta fase é a atualidade, que deverá estabelecer o equilíbrio “quantidade *versus* qualidade”, com aumento quantitativo de propostas diferenciadas de cursos e uma tendência de cursos de turismo com ênfases direcionadas para flexibilização e para regionalização, como recomenda a LDB de 1996.

Matias (2002) argumenta que:

Diferente do que aconteceu nos Estados Unidos da América e na Europa, onde os cursos foram criados a parte de disciplinas de outros cursos como administração, economia, geografia hotelaria, no Brasil os 1º cursos foram implantados em unidades universitárias autônomas ou ligados aos cursos de comunicação e artes.

Ainda houve a intenção de levar os cursos de turismo para a Faculdade de Administração de Empresas ou Educação Física, mas não foi aprovado.

No decorrer dos anos de 1970, a rede de ensino superior privado expandiu-se, pois, as universidades públicas não tinham mais como a possibilidade de atender à demanda de estudantes que desejavam cursar o ensino superior. Assim, a pressão dos excedentes, aliada à importância do diploma superior no mercado de trabalho, acabou constituindo-se no maior motivo do desenvolvimento do sistema superior privado (Olivé, 2002).

Um fato que está associado a esse desenvolvimento na educação do turismo é de que houve um incremento nos negócios turísticos, expansão no setor privado e a abertura de um novo mercado de trabalho. “Criou-se espaço para a implantação de formação superior na área mediante a necessidade de profissionais capacitados para o setor”. (Solha, 2002, p.31)

Em 1971, a Faculdade Morumbi inicia o 1º curso do país, esses cursos conforme citado por Ansarah encontram dificuldades como: seleção de corpo docente, quando do 1º curso, pois não havia, no país, professores especializados; falta de conscientização do próprio aluno do que é o curso de turismo e do que ele espera do mesmo; a inexistência de bibliografia nacional sobre o assunto, bem como traduções e/ou dificuldades em importar as obras estrangeiras; um currículo mínimo humanista e pouco profissionalizante; a falta de adequação dos cursos, permitindo a existência de cursos de três e quatro anos.

Até 1975, apenas cinco capitais ofereciam cursos de nível superior em turismo (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Brasília). Somente em 1979 o bacharelado em turismo foi oficialmente reconhecido pelo MEC, pela Portaria nº 1.191,14 e, apesar do reconhecimento federal, a profissão de bacharel em turismo ainda não está regulamentada no país. Um projeto de lei nesse sentido foi aprovado na Câmara Federal (setembro de 2009). Os cursos de educação superior em turismo são regidos pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/ MEC no 13, de 24 de novembro de 2006, que estabelece em seu artigo 3º:

O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

A resolução define ainda os parâmetros da organização curricular desses cursos, dividindo-os em três grupos:

I – Conteúdos básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II – Conteúdos específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III – Conteúdos teórico-práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Na fala de Mario Beni:

A partir da instalação do I Curso Superior de Turismo no Brasil, a fase de improvisação e repentividade, começa a ser seriamente ameaçada. O turismo improvidente, desgovernado começa a ser criticamente analisado. São muitos os que hoje se preocupam com sua problemática, mantendo-se em permanente atividade de reflexão e vigília. [...]. O turismo no Brasil deixou de ter somente uma posição política administrativa empresarial e passou a constituir-se também, agora, em um assunto de ordem técnica e científica, e como tal deve ser encerrado [...]. (REJOWISK, 1996 p.60)

Os CSTs na área de gestão no Eixo Turismo, Hospitalidade e lazer apresentam claras diferenças em relação aos cursos de bacharelado em turismo. A organização curricular dos bacharelados privilegia o conhecimento em suas diversas áreas, abrangendo inúmeros focos de forma generalista, enquanto currículos de cursos tecnológicos privilegiam unidades curriculares dentro de uma determinada área de conhecimento.

O atual cenário dos cursos se concentra no Eixo Tecnológico denominado Turismo, Hospitalidade e Lazer, que estabelece a oferta dos cursos de: Gestão em Eventos, Gestão em Gastronomia, Gestão Desportiva e de Lazer, Gestão de Turismo e Gestão de Hotelaria, todos com duração de 1.600 horas.

Quadro 2. Perfis dos profissionais dos cursos de tecnologia em Lazer e Hospitalidade no Brasil

Denominação do curso	Perfil profissional
<i>Gestão de Turismo</i>	Atuação no planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado, em atividades de planejamento, agenciamento de viagens, consultorias em políticas públicas, comercialização de destinos, identificação do potencial turístico local, entre outros.
<i>Hotelaria</i>	Atuação no planejamento e na operacionalização de espaços, dos meios de hospedagem; coordenação desde serviços de limpeza, arrumação e ornamentação das unidades habitacionais e demais setores; gerenciamento entre outros.
<i>Eventos</i>	Atuação no planejamento, organização e execução de eventos diversos em instituições de eventos, de turismo e em meios de hospedagem; domínio de interação dinâmica de todos os agentes integrados ao turismo e os variados aspectos culturais, econômicos e sociais da região em que atua, entre outros.
<i>Gastronomia</i>	Atuação na concepção e planejamento nas diferentes fases dos serviços de alimentação, considerando os aspectos culturais, econômicos e sociais; empresas de diversos segmentos da gastronomia são possibilidades de locais de atuação; domínio da história dos alimentos, cultura dos diversos países, ciência dos ingredientes, criatividade e atenção, entre outros.
<i>Gestão Desportiva e do Lazer</i>	Atuação no gerenciamento e concepção de produtos e serviços ligados ao lazer, esporte, folclore, arte e cultura; programa políticas inclusivas e afirmativas de integração social por meio de atividades sociais; identifica oportunidades em que as atividades desportivas e de lazer podem realizadas, entre outros.

Fonte: Ministério da Educação (2014).

A base do conhecimento de cursos dessa natureza está nos processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes à hospitalidade e ao lazer. Mas é preciso lembrar que o conhecimento tecnológico não se limita a saberes relacionados a sistemas físicos ou processos de produção, mas envolve, também, procedimentos e rotinas de trabalho, bem como a cultura da organização e da atividade econômica. Em outras palavras, a aprendizagem de base tecnológica envolve conhecimentos integrados ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. Nos cursos superiores de tecnologia centrados no setor turismo, a pesquisa, a disseminação e a consolidação da cultura, da ética, das relações interpessoais, do domínio de línguas estrangeiras, da prospecção mercadológica, do marketing e da coordenação de equipes são competências fundamentais a serem desenvolvidas.

Esse modelo de ensino já existia em outros países como nos Estados Unidos, país onde teve origem esse tipo de ensino, antecedendo a revolução tecnológica da indústria americana. Nesse país esses cursos tiveram como objetivo maior: a qualificação e a reciclagem dos profissionais responsáveis pelo sucesso da economia nacional, (Toledo, 2012).

Na Europa, especificamente na Itália, a educação tecnológica superior surgiu através do Processo de Bolonha⁵, que oferta este modelo de ensino como “Polytechnics” focalizados na formação técnica e profissional de curta duração nos ramos do ensino superior relacionados com as ciências, engenharias e tecnologias, direcionadas a artes, economia, administração, biologia, química, agronegócios e outros. Segunda tal concepção as instituições possuem igual dignidade com identidades diferenciadas (Moreira, 2010).

Países como a Espanha e França apresentam algumas diferenças, no caso da Espanha para cursar a educação superior é exigido a educação secundária. Os cursos têm duração de 3 anos e o aluno sai com o título de técnico de empresas e atividades turísticas, com valor acadêmico universitário. Há ainda a Escola Oficial de Turismo o curso de Gerência Hoteleira na Universidade Politécnica de Madri. E na França a estrutura educacional de cursos superiores de tecnologia ofertados em diversas áreas, mantidos pelo Ministério da Educação Nacional, são os cursos posteriores ao ensino médio. Nesta modalidade de ensino é conferido ao aluno o *baccallauréat*⁶ tecnológico, além do diploma universitário (DUT) e do certificado técnico superior de curso de curta duração. Tal modelo de educação acolhe mais de 35 mil alunos a cada ano, revelando o êxito da formação em relação ao conteúdo desenvolvido e a inserção profissional. Um total de 89% dos diplomados encontra trabalho em menos de um ano.

Estes cursos são ofertados dentro dos Liceus com algumas características similares as do Brasil quanto à metodologia, duração, atividade extracurricular, corpo docente, avaliação, entre outras, e volta-se a capacitar o aluno para o mercado de trabalho. Em alguns países da América Latina, como México, Argentina e Peru, adota-se o ensino superior tecnológico ou profissional como pós-secundário (Klein & Sampaio, 2002). Vale citar que outros países ofertam este tipo de educação profissional, percebendo-se assim uma forte tendência mundial e local nesse modelo de educação com foco nas tecnologias no caso do turismo utilizadas nos seus diversos segmentos.

Os cursos tecnológicos da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Brasil são estratégicos para o desenvolvimento do turismo receptivo no país, e se alinham às

²Processo de Bolonha - tem como significado reorganizar o processo formativo e a educação superior em torno de novos valores: considerar as competências e não só os conteúdos, as aprendizagens e não simplesmente o ensino, a participação e o envolvimento de todos os agentes implicados e não apenas a participação de professores nas aulas e de alunos no estudo e nos exames. (PORTUGAL, 2006).

³Concurso que habilita o aluno ingressar na Universidade - Bacharelado na França.

políticas públicas de turismo, em especial ao Plano Nacional de Turismo (PNT). A primeira edição deste plano ocorreu em 2003, após a criação do Ministério do Turismo, com duração para o período de 2003-2007.

Neste primeiro plano (Ministério do Turismo, 2003), ressaltou-se a diversidade cultural e regionalidade como fatores preponderantes para incrementar o produto turístico nacional, considerando o turismo como atividade estratégica de auto sustentabilidade a ser desenvolvida de forma coletiva e compartilhada. No Programa de Qualificação Profissional aponta a qualidade e confiabilidade dos serviços turísticos como fundamentais para o incremento do fluxo turístico nacional e internacional (Brasil, 2003). Esse mesmo programa foi mantido no segundo PNT (2007-2010) tendo em vista “o desenvolvimento de competências profissionais e a inserção profissional da população de baixa renda e dos jovens, bem como de cursos, oficinas e seminários adequados à demanda identificada” (Ministério do Turismo, 2007, p. 76).

A edição atual do PNT (2013-2016) propõe o incentivo e a promoção do país, considerando a realização dos grandes eventos e destacando que o setor de serviços “é estratégico na geração de emprego e renda”. Neste sentido, cita o comprometimento do plano “com ações que facilitem o acesso formal ao trabalho, a proteção à renda e o fomento ao empreendedorismo” (Ministério do Turismo, 2013, p. 29). Dentre as ações a serem implementadas, tem-se a de capacitar e qualificar profissionais e gestores do setor em alinhamento ao disposto no PNT anterior (Ministério do Turismo, 2007).

Dentro desta linha de incentivo na educação em turismo, observam-se algumas instituições envolvidas no ensino do turismo onde as mesmas têm-se submetido às políticas normativas, norteadoras e regulatórias, ditadas por vários organismos oficiais, com diversos graus de responsabilidades, agindo direta ou indiretamente na área da educação em turismo e/ou hotelaria no Brasil e indiretamente na questão do ensino. São eles (ordem alfabética): ABDETH - Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria; ABBTUR - Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo; ANPTUR - Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (recém-criada); CNE - Conselho Nacional de Educação; CES - Câmara de Educação Superior (CNE); Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; CEE-TUR - Comissão de Especialistas em Turismo da SESU/MEC; CRA - Conselho Regional de Administração; CNT - Conselho Nacional de Turismo (órgão colegiado de assessoramento superior, integrante da estrutura básica do Ministério do Esporte e Turismo); EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo; Inep

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; MEC - Ministério de Educação; Ministério do Esporte e Turismo; SESU - Secretaria de Ensino Superior (comissão de especialista).

Importante entender que nesse modelo de educação o processo de aprendizagem ocorre quando permite que o indivíduo venha a acumular capacidade tecnológica ao longo do tempo. O que chamamos de “capacidade tecnológica”, por sua vez, se refere ao domínio de:

1. Sistemas técnicos físicos (equipamentos, maquinários, ferramentas);
2. Conhecimento tácito e qualificação (habilidades, aptidões);
3. Sistemas organizacionais (conhecimento de rotinas, procedimentos, normas e cultura);
4. Produtos ou serviços.

Assim, a capacidade tecnológica é intrínseca ao contexto da empresa, do ramo, da região ou do país onde é desenvolvida (Penrose, 1959; Dosi, 1988a; Dosi, 1988b apud Figueiredo, 2004). Não se desenvolve capacidade tecnológica dissociada do meio em que essa tecnologia se alicerça. Segundo Paulo Figueiredo (2004), uma das causas de resultados pífios, em termos de desempenho inovador e/ou técnico-econômico da tecnologia importada para a empresa receptora, é a “compra” de tecnologia limitada aos sistemas físicos e técnicos. Em outras palavras, compra-se a solução sem antes avaliar se o contexto em que o problema se dá é o mesmo daquele ambiente que a originou. Assim também ocorre na aprendizagem tecnológica, ou melhor, no processo de acumulação e transferência de capacidade tecnológica. Não se pode fixar a transferência de saberes apenas em sistemas físicos ou nos produtos ou serviços finais. O domínio da tecnologia precisa estar atrelado ao esforço para assimilá-la, adaptá-la e/ou recriá-la. É preciso levar o novo profissional a pensar além da tecnologia vigente. Quem enxerga além conhece verdadeiramente os limites da práxis tecnológica.

2.4 Histórico e Evolução da Rede Federal de Educação

A implantação dos “novos” cursos superiores de tecnologia, modalidade priorizada na reforma, não constitui uma novidade na história na rede federal de educação, hoje os IFs, pois as mesmas estão na gênese dos CEFET. A criação de cursos de tecnologia já constava na lei Federal nº 5.540/68, que previa a implantação de cursos superiores de curta duração como modelo de ensino alternativo.

A partir de um mandato constitucional, em 1942 quando foi instituído o Conjunto das Leis Orgânicas Nacional, que configura a chamada Reforma Capanema⁷ que teve lugar à organização da rede federal de estabelecimento de ensino industrial com o estabelecimento do conceito de aprendiz para efeito da legislação trabalhista, fase em que é criado os dois serviços nacionais de aprendizagem, o Industrial (SENAI) e o Comercial (Senac). Neste mesmo período as antigas escolas de aprendizes artífices foram transformadas em Escolas Técnicas Federais consolidando-se através das necessidades emergentes da economia industrial e da sociedade urbana – embora ainda muito presa a uma tradição assistencialista.

No final dos anos 70, época em que o país passava por profundas mudanças econômicas e sociais, as escolas técnicas se transformaram nos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, os Cefets, que procuravam se adequar às exigências da nova realidade social.

Da década de 1970 até o ano de 2002, eram 140 instituições que ofereciam ensino técnico no Brasil. No ano de 2008, o governo federal aprovou a lei 11.892/2008⁸, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país, com 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), das 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDS), das 39 Escolas Agrotécnicas, das 7 Escolas Técnicas Federais e de 8 Escolas vinculadas a Universidades em Autarquias de regime especial, denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) – passando a contar com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Passam a formar a Rede Federal, composta por 38 Institutos Federais (IF) multicampi, presentes em todo estado brasileiro em todo território, com estruturas

⁴Nome da reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”.

⁵Conforme a Lei 11.892/2008 que institui a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério Federal da Educação, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas, nos termos da Lei. E constituída pelas seguintes instituições: I – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais, II – Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR, III- Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET- RJ e de Minas Gerais CEFET- MG, IV- Escolas Técnicas Federais vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II.

pluriculturais. A expansão da RFEPT pauta-se na interiorização da educação profissional. Assim a ampliação da rede por todo o país, responde a necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública permanente de Estado em que os cursos ofertados procuram se alinhar as estruturas produtivas e inovativas e às potencialidades socioeconômicas, existentes nos arranjos produtivos sociais e culturais locais.

A figura 1 apresenta o panorama cartográfico da dimensão espacial da RFEPT no país.

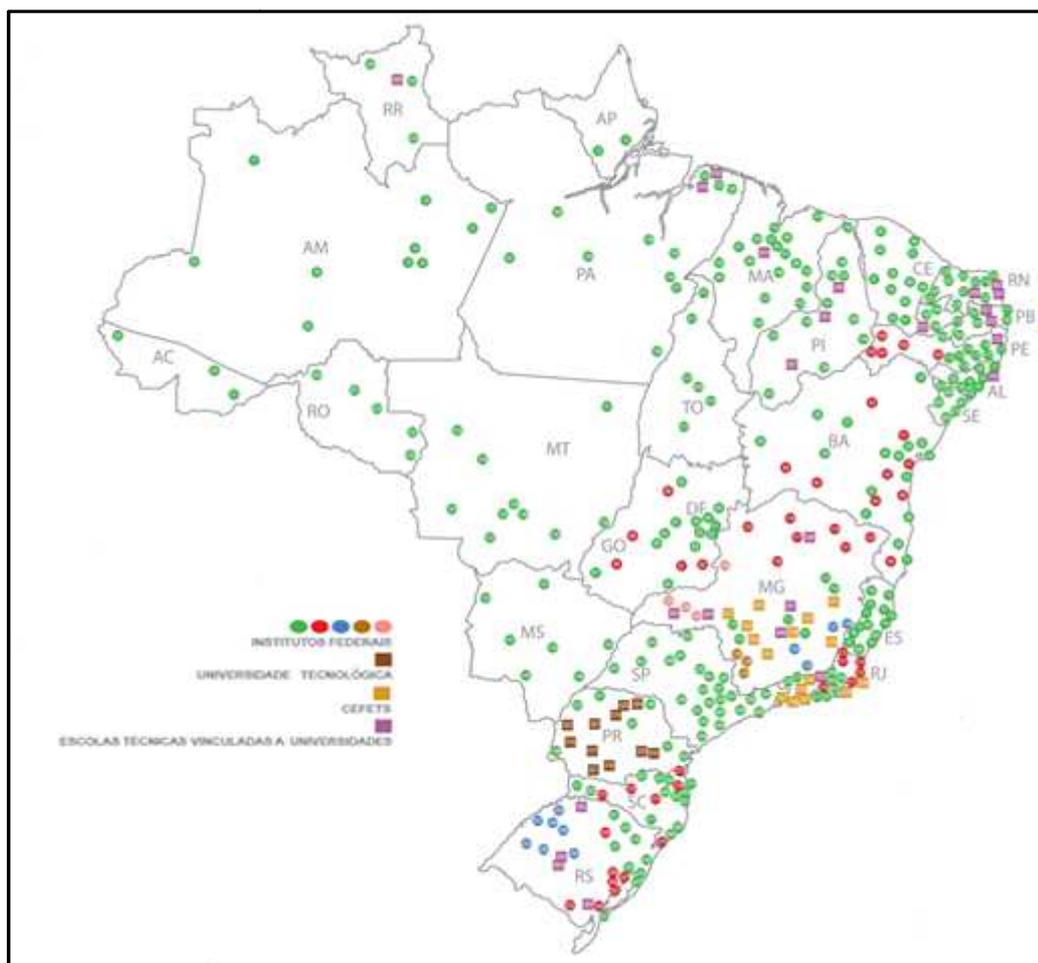


Figura 2. Distribuição da Rede Tecnológica de Educação (IF) pelo Brasil.

Fonte: MEC

As instituições estão presentes em todos os estados da federação, oferecendo ensino médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação. Em 2013 já são mais de 354 unidades, que possibilitam a 500.000 alunos terem acesso à Educação Profissional.

Essa rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos institutos federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefet's, 25 escolas vinculadas a universidades e uma universidade tecnológica. Em relação a expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 92 novas unidades entraram em funcionamento em 2014, perfazendo um total de 562 novas unidades entregues entre 2011 e 2014 (Figura 2). A partir dessa expansão, a Rede Federal passou a contar com um total de 562 unidades em 512 Municípios, com investimentos de R\$ 678 milhões apenas em 2014.

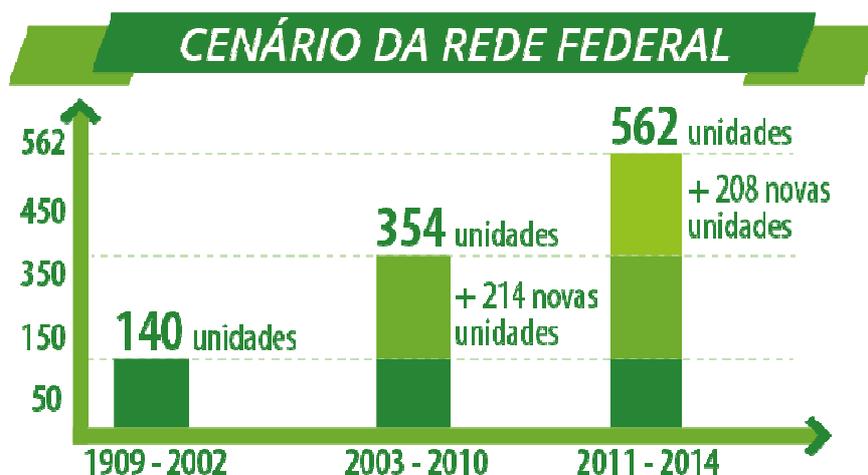


Figura 3 Evolução da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia desde sua criação aos dias atuais. Fonte: MEC

Denominados como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os IFs passaram a compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e sancionado pela presidência da República em 29 de dezembro de 2008, sendo publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008.

Estas Instituições devem ter forte inserção na área de pesquisa e extensão, visando estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade. Metade das vagas será destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial cursos de currículo integrado.

Na Educação Superior, o destaque fica para os cursos superiores de tecnologia em engenharia de licenciaturas. Ainda serão incentivadas as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica, como a formação de professores de mecânica, eletricidade e informática.

Ainda de acordo com o projeto, os institutos federais terão autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Ainda exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Cada instituto federal é organizado em estrutura com vários *campi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada *campus* reitoria, equiparando-se com as universidades federais.

Sua missão inicial foi pautada em atender as classes desprovidas, porém hoje a rede federal se configura como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Atualmente os Institutos fundamentam-se no conceito de educação profissional e tecnológica em todos os níveis, oferecendo: a) cursos técnicos (50% das vagas), que na sua maioria são ofertados na modalidade integrada com o ensino médio; b) licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas (30% das vagas). Podem ainda disponibilizar cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações) ou *stricto sensu* (mestrados profissionais e doutorados), principalmente para a pesquisa aplicada na inovação tecnológica. Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dessas instituições.

Isso só foi possível ser realizado após o surgimento de um novo cenário econômico e produtivo que se estabeleceu, com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas, agregadas à produção e à prestação de serviços. As empresas passaram a exigir, desde então, trabalhadores com níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados. Com isso e para atender a essa demanda, as instituições federais de educação profissional vêm buscando diversificar programas e cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta. Cobrindo todo o território nacional, a rede procura qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo, neste caso o setor de turismo que se faz presente em todas as unidades da federação com a oferta de curso técnico, subsequente, EJA, superior, PRONATEC.

Neste sentido um dos desafios para os profissionais da educação é assumir a organização pedagógica verticalizada, que vai da educação básica à superior, sendo um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem,

incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado.

Outro viés tratado nos IFs é o de agregar à formação acadêmica a preparação do trabalho, discutindo os princípios da tecnologia e a ele concernentes dando luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

Os Institutos Federais são instituições que apresentam uma estrutura diferenciada uma vez que foram criados pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais. Segundo a legislação que os institui, os Institutos Federais devem constituir-se como centros de excelência na oferta do ensino de ciências, e, geral, e de ciências aplicadas, em particular e qualifica-se como referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualizações aos docentes (Lei 11.892/08, art.6º).

O texto legal também destaca que o IF tem como proposta realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, e promover a produção, o desenvolvimento e a transparência de tecnologias sociais. Deve, ainda, orientar sua oferta formativa em benefícios da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a partir de mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, em cada Instituto Federal.

Para Otranto (2010), os IFs sintetizam, hoje, a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira, e estão produzindo mudanças significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental, por esse motivo essas mudanças precisam ser acompanhadas bem de perto.

As Instituições que aderiram a adesão a rede, passam a ser um campus do IF, e assim foram criados alguns Institutos federais com maior tradição agrária, outros mais industriais e, ainda, parte deles híbrido, devido à alegada impossibilidade de organização por vocação.

A rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está fundamentada numa história de construção de 100 anos, cujas atividades foram instrumento de uma política voltada para as classes desprovidas e hoje pode-se dizer que configuram como uma

importante estrutura para que todas as pessoas tenham acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Com isso os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo de melhor que a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

3. METODOLOGIA

O capítulo apresenta os procedimentos metodológicos com uma breve revisão da literatura utilizada. Em seguida detalha a metodologia aplicada para este estudo.

3.1 Caracterização do estudo

O presente estudo caracteriza-se como descritivo exploratório pois permitiu uma aproximação entre o pesquisador e o tema que é a educação profissional e tecnológica, sendo necessário uma sondagem para aprimorar as ideias e construir as respostas.

Para Gil, 2008, a pesquisa exploratória proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. É descritiva por que descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc.

Utilizou-se abordagem qualitativa utilizando-se de gráficos para apresentar dados que foram coletados a partir de questionário composto por perguntas estruturadas.

3.2 Universo da pesquisa

O Universo da pesquisa foram os coordenadores dos Cursos Superiores da Rede Federal de Educação, ou seja, das unidades de ensino que ofertam os cursos no Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer. O número total de unidades ficou estipulado em 19 campi.

Após contato telefônico informando o que era a pesquisa, e qual o objetivo, apenas seis coordenadores efetivamente responderam ao questionário.

3.3 Coleta dos Dados

Segundo Gil, 2005, o delineamento da pesquisa é uma fase importante, pois traça as linhas gerais do modo como é desenvolvida. Os procedimentos técnicos de

coletas de dados e análise de dados estruturados permitem classificar a pesquisa quanto ao seu delineamento. O autor acrescenta que os procedimentos adotados para a coleta de dados podem ser definidos em dois grandes grupos: 1) os que se valem de fonte de “papel” como a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental e, 2) os que são fornecidos por pessoas, como é o caso da pesquisa experimental, da pesquisa *ex post facto*, (a partir de fatos passados) do levantamento e do estudo de caso.

O presente estudo teve a coleta de dados dividida em duas etapas: 1) a primeira parte compreendeu a coleta de dados secundários por meio de periódicos, livros e bases de dados; e a 2) segunda etapa contemplou a coleta de dados com o uso de questionário.

Na primeira parte do estudo buscou-se fazer pesquisa em trabalhos anteriores elaborados por outras profissionais como as teses e dissertações do quadro 1, usaram-se livros, periódicos, banco, base ou arquivos de dados. Na segunda fase os dados foram coletados por meio de questionário, anexo (a), que para Gil (1999), é a técnica de investigação com um número relativo de questões escritas e apresentadas aos entrevistados visando conhecer suas opiniões e crenças, expectativas e etc.

O instrumento foi composto por 15 questões e enviado via e-mail para os coordenadores dos cursos. No e-mail foi anexada uma apresentação explicando o objetivo da pesquisa.

O período total de coleta dos dados primários abrangeu os meses de junho a novembro de 2014, e os secundários de fevereiro a novembro de 2014.

3.4 Tratamento dos Dados

A análise dos dados coletados pelo questionário foi realizada em forma de quadro que se configuram como a pesquisa qualitativa e os dados referentes a informações da oferta dos cursos em gráficos.

A partir deste entendimento foi possível apresentar os objetivos proposto alinhados ao referencial teórico obtido por meio da pesquisa bibliográfica e do que foi coletado no questionário.

4 Análise da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Neste capítulo serão analisados e discutidos os principais resultados encontrados nesta pesquisa. Primeiramente os dados se referem à oferta dos cursos que foram obtidos através do levantamento dos cursos em pesquisa nos sites do *e-mec* bem como nos sites dos Institutos Federais

4.1 Educação profissional e tecnológica.

A educação profissional e tecnológica está fundamentada na LDB, que regulamenta a educação no Brasil, estas passaram por um processo histórico baseados em políticas voltadas para privilegiar as “classes desprovidas”, acompanhar os modelos de educação em países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Europa e facilitar o acesso no mercado de trabalho.

Após as mudanças ocorridas na conjuntura política, econômica e social do país, esses modelos de educação estão atualmente ligados às conquistas científicas e tecnológicas, o desenvolvimento regional e local, o mundo do trabalho e ainda a possibilidade de transformar os atores nela envolvida. Estando ligada diretamente a Rede Federal de Educação.

O que se observa é que elas fazem parte de um projeto de desenvolvimento nacional que busca consolidar-se como soberano, sustentável e inclusivo, não só para atender o mundo do trabalho, mas para contribuir para a elevação da escolaridade do trabalhador, caminhando com os Institutos Federais de Educação. Assim as mudanças e as transformações ocorridas ao longo dos anos na Educação Profissional e Tecnológica são importantes para a produção científica e tecnológica nacional, especialmente porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possui características diferenciadas daquelas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico.

O PDE de 2007, na publicação do Ministério da Educação, documento que expõe concepções e metas para a educação, no Item “2 - O plano de desenvolvimento da educação como programa de ação, subitem 2.3 - Educação Profissional e Tecnológica, vê-se claramente a importância da Rede Federal para a expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação brasileira: Talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre a educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes

e os efeitos de sua articulação, mais notáveis. (...). Diante dessa expansão sem precedentes, a proposição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade. A missão institucional dos Institutos Federais deve no que respeita à relação entre educação profissional e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

4.2 Educação Superior e Tecnológica em Turismo na Rede Federal

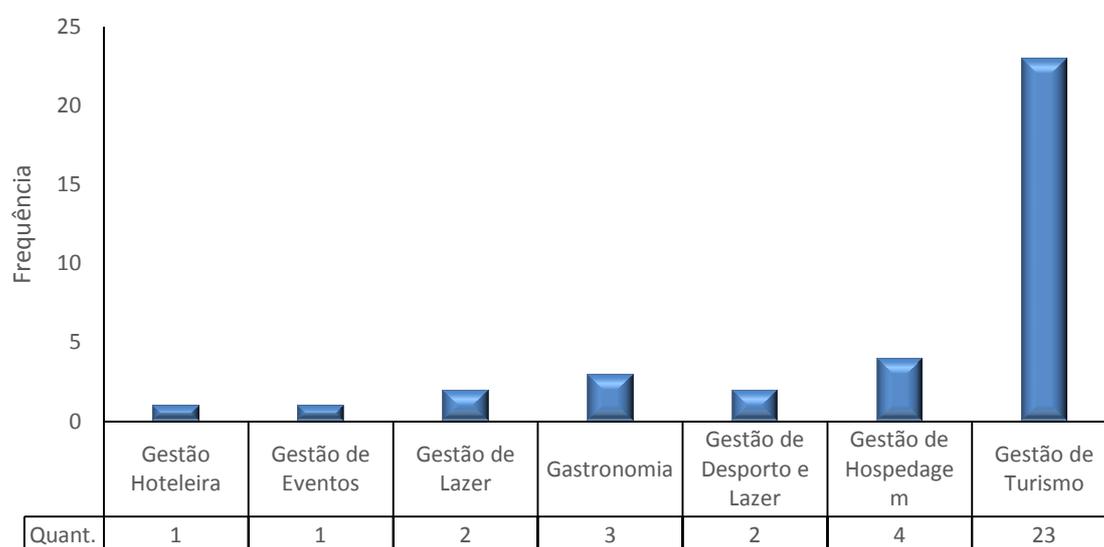
Os resultados apresentados de referem à oferta dos cursos na rede federal de educação distribuída nas cidades brasileiras.

O gráfico 1 apresenta o total de cursos na rede federal, alguns ofertados à distância – cursos de Hotelaria nos IFs de Alagoas e Ceará, estes dados foram obtidos no site e através de contato telefônico. A carga horária dos cursos varia de 1.666 a 3.300 horas, portanto atendendo ao mínimo de 1.600 horas (Ministério da Educação, 2010), e sua duração varia de 2 a 3 anos e meio, sendo a maioria de 3 anos. Em alguns cursos este último dado não constava da página “Detalhes” do sítio do Ministério da Educação nem na página ou site do Instituto (2012), não traduzindo, portanto, a totalidade dos cursos da amostra.

Dos 37 cursos ofertados pelos IFs no eixo Turismo, Hospitalidade e lazer foi observado que a maioria é composta pelos cursos de Gestão em Turismo (23) e de Hotelaria (4) (Gráfico 1). Os cursos de Gestão em Desporto e Lazer (2) e em Gastronomia (3) se apresentam como pouca oferta na rede IF (22%). Por outro lado, observou-se a oferta do curso tecnológico em eventos, iniciado em 2014. Acredita-se que a iniciativa veio após a realização da Copa do Mundo e dos possíveis eventos que serão captados pelos seus centros de captação, bem como pelos investimentos e equipamentos criados.

O cenário de destaque aos cursos de Gestão em Turismo pode ter ocorrido por razões tais como: a) oportunidade de abertura de um curso pouco custoso; b) maior possibilidade de inserção do egresso no mercado de trabalho; c) crescimento de novos empreendimentos hoteleiros e turísticos; d) desenvolvimento de localidades com potencial turístico. Além disso, o desenvolvimento do turismo interno associado à geração de empregos e a inclusão social reforçam a importância dessa formação superior, como destacado no PNT 2007-2010 e 2016 (Ministério do Turismo, 2007).

Gráfico 1. Total de cursos ofertados, por área, nos Institutos Federais de Educação no Brasil.

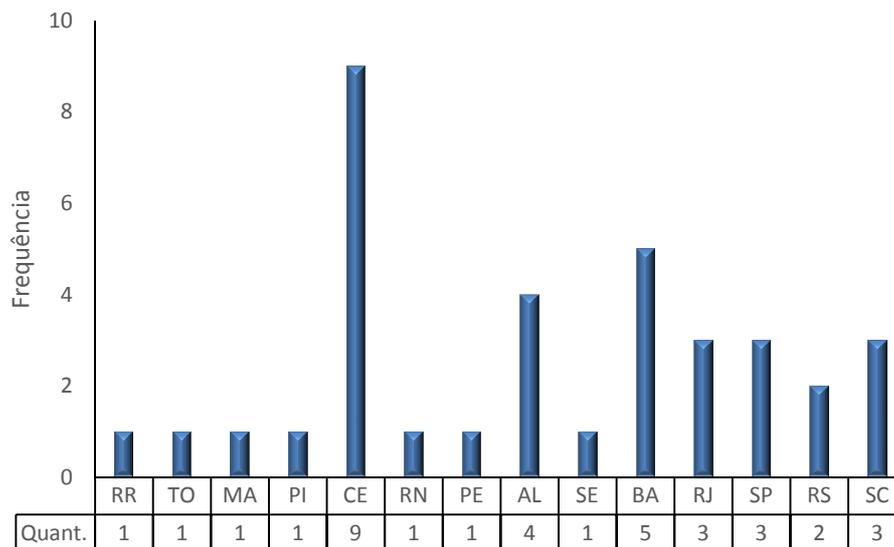


Fonte: Autora

O Gráfico 2 apresenta o quantitativo de cursos por Estados brasileiros. Observa-se a distribuição de cursos do IF por Estado, com destaque para o estado do Ceará que apresenta o maior número de cursos (9), conforme informação, por telefone, muitos serão substituídos pelo bacharelado, principalmente os de Gestão de Turismo já ocorrido na capital Fortaleza por falta de interesse do público, seguido pela Bahia (5) Alagoas (4) e Alagoas (4). A maioria dos Estados listados apresenta mais de um curso tecnológico superior no Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. Por outro lado, considera-se que há necessidade de melhor planejamento na abertura de novos cursos. Com relação à Gastronomia, por exemplo, nota-se um segmento em ascensão estreitamente

ligado ao Turismo com impactos a serem considerados nos próximos anos face aos megaeventos que ocorrerão no país.

Gráfico 2. Quantitativo de cursos, por estado, ofertado no eixo turismo nos Institutos Federais de Educação no Brasil. (2014)



Fonte: Autora

4.3 Percepções dos docentes da educação tecnológica em turismo.

Foram enviados 18 questionários aos IFs, dos quais apenas 7 instituições (40%) responderam ao mesmo. Estas estão listadas a seguir: uma da Região Norte (IFTO), duas da Região Nordeste (IFRN e IFPI), três da Região Sudeste (IFRJ e IFRJ-Nova Friburgo, IFSP) e uma na Região Sul (IFRS). Esses questionários foram elaborados por quinze perguntas (Anexo 1) relacionados à educação tecnológica voltadas ao turismo.

No gráfico 3 podemos observar que 50% das Instituições pesquisada responderam positivamente quando indagadas sobre a existência de diferença entre a educação superior e a tecnológica. As que responderam positivamente estão localizadas nas Regiões Norte (IFTO), Nordeste (IFPI) e Sudeste (IFRJ) - (IFSP) e relatam que esta diferença está associada a praticidade do ensino tecnológico quando comprado ao superior tradicional.

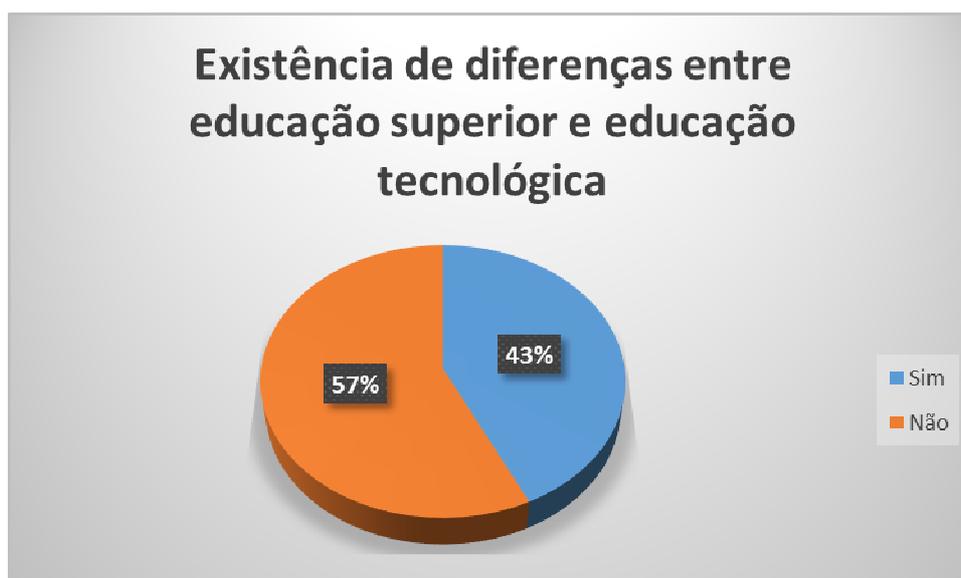


Gráfico 3. Percentual de percepção quanto a existência de diferenças entre a educação superior e a educação tecnológica pelos coordenadores dos Institutos Federais de Educação no Brasil. Fonte: Autora

Com relação a como o coordenador ver o ensino na sua unidade, pergunta 2 do questionário apenas o IFRJ e o IFSP consideraram como ótimo o ensino ofertado nas suas dependências. As unidades do Tocantins (IFTO) e do Rio Grande do Sul (IFRS) consideraram bom, enquanto que duas unidades do Nordeste (IFRN e IFPI) e a do IFRJ-Nova Friburgo consideraram regular.

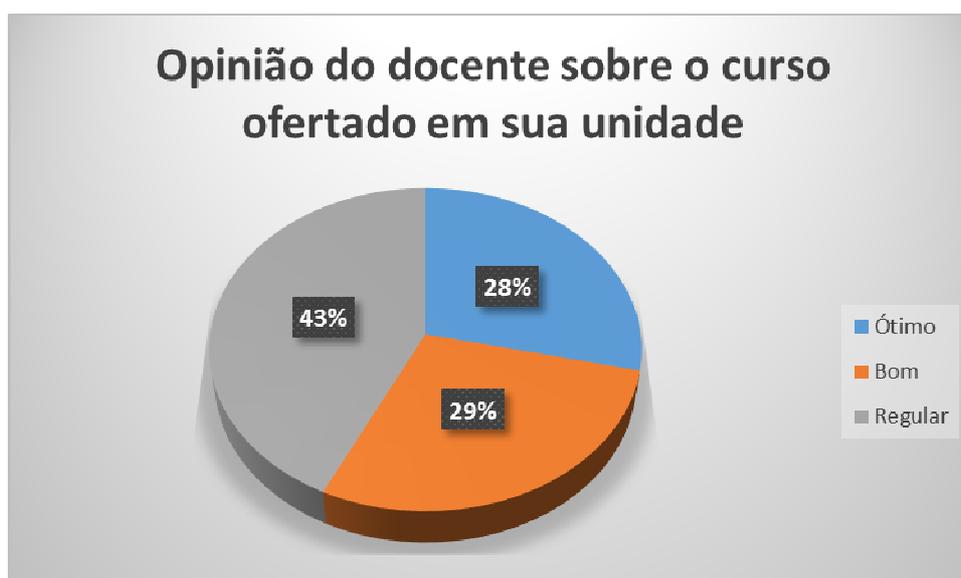


Gráfico 4. Percentuais da opinião dos coordenadores (docentes) quanto a qualidade dos cursos ofertados em seus respectivos campi. Fonte: Autora

O gráfico 5 representa a importância da educação tecnológica no Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer na Região. Dos 7 coordenadores que responderam o questionário, 5 disseram que era muito importante, e apenas 2 disseram que os cursos tinham pouca importância para o setor de Turismo em sua região. Os IF's que consideraram os cursos com pouca importância foram o IFRS e o IFPI.



Gráfico 5. Importância do curso de turismo, na visão dos coordenadores, para a região. Resultados em percentuais. Fonte: Autora

Quanto a razão pela procura pelo curso (Gráfico 6), 3 coordenadores alegaram que os alunos procuram o curso por ser de curta duração, 1 coordenador alegou que os alunos buscam o curso por não ter passado em outro curso de graduação, enquanto que 2 alegaram que os alunos buscam o curso por ser de fácil acesso e apenas 1 não respondeu ou não sabia o porquê do acesso ao curso.

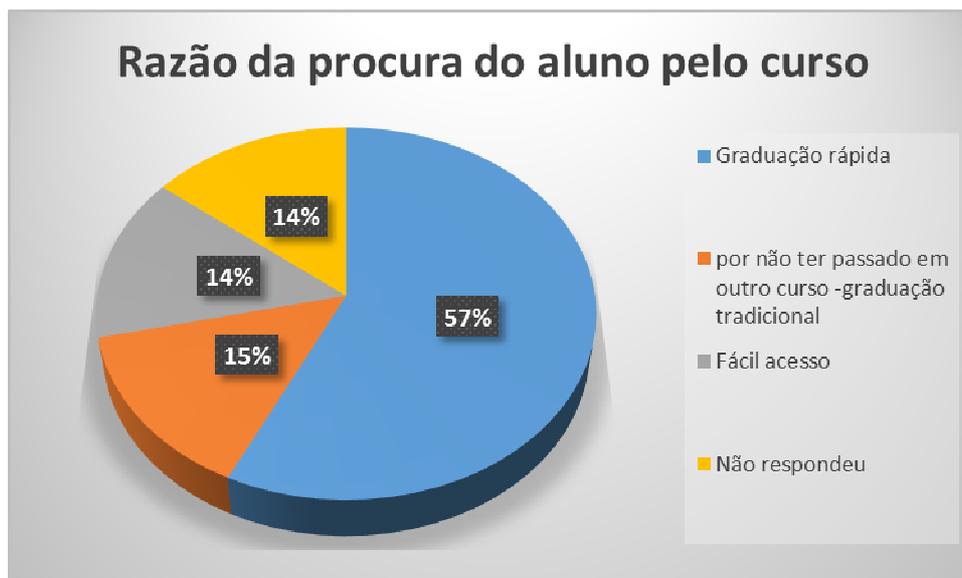


Gráfico 6. Fonte: Autora

A partir das respostas referente a construção do Projeto Político Pedagógico (Gráfico 7) foi possível verificar que a maioria, correspondendo a um total de 5 unidades, foram os responsáveis pela elaboração dos PPC's de ensino dos cursos nos diversos segmentos no Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, seguindo de 2 unidades que alegaram que os Projetos Políticos Pedagógicos foram construídos por outros profissionais. As duas unidades do Nordeste, IFRN e o IFPI, foram as que tiveram seus PPC's elaborados por profissionais extra colegiado.

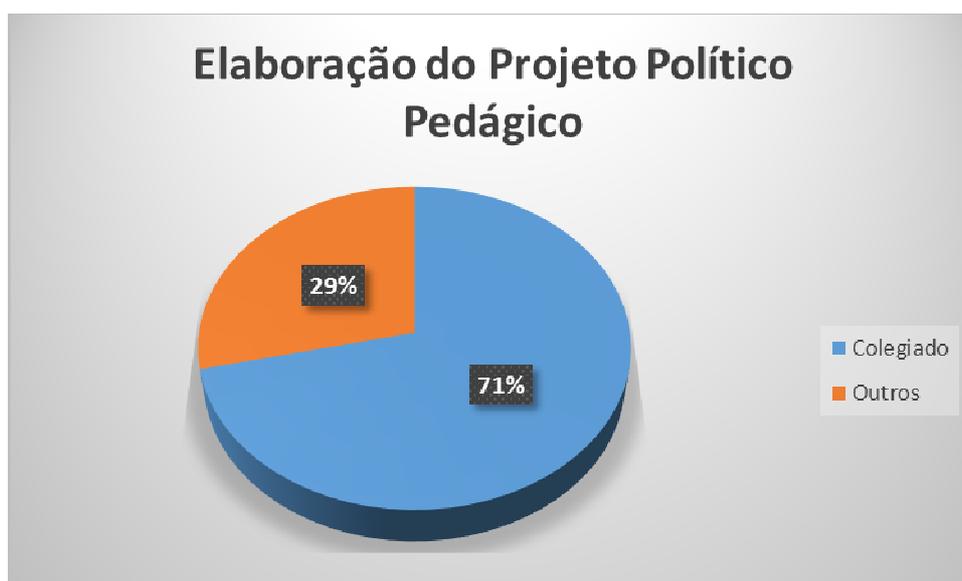


Gráfico 7. Fonte: Autora

Quanto ao perfil adotado na elaboração do curso foi constatado que a minoria (14%) seguiu os parâmetros descritos no catálogo nacional de cursos e o restante seguiu modelos de outros IF's, o conhecimento já existente ou se baseou em pesquisas realizadas em fontes diversas (Gráfico 8).

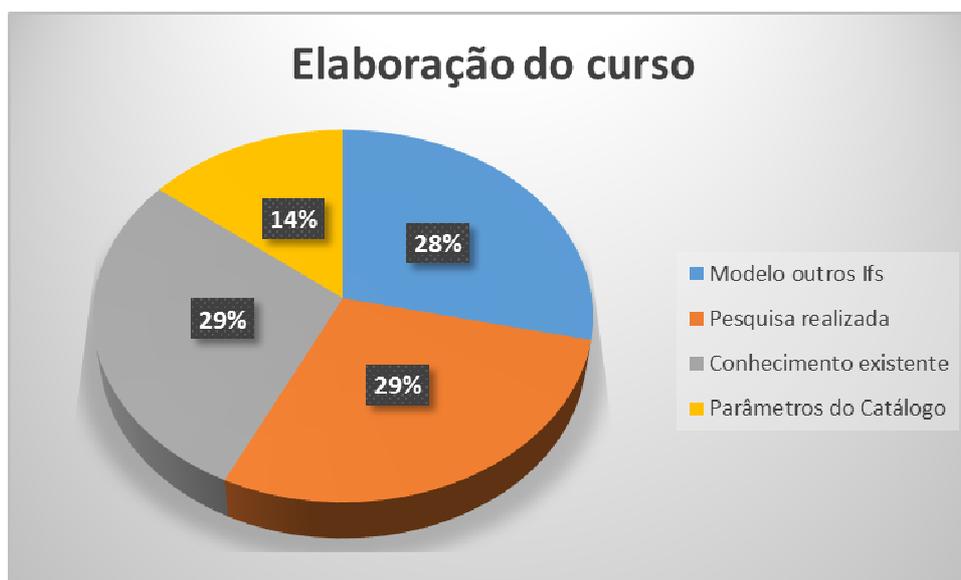


Gráfico 8. Fonte: Autora

No Gráfico 9 podemos identificar as diversas áreas de estágios que os alunos podem desenvolver as suas habilidades nos diversos IF's pesquisados. Os estudos mostraram que em 4 campi os alunos podem estagiar em diversos segmentos do setor, que em 1 campus o aluno só pode realizar o estágio no segmento de Alimentos e Bebidas, 1 no setor público e apenas o campus do IFTO não tem na sua estrutura o estágio obrigatório, substituído o mesmo por 200 horas complementares a serem desenvolvidas em organização, operacionalização e participação em eventos, seminários, realização de monitorias, entre outros. Essa estratégia está inserida na ODP (Organização Didático Pedagógica do IFTO), que segundo informações de membros da comissão responsável, deu-se pelo número reduzido de empreendimentos para a prática de estágios na cidade de Palmas.

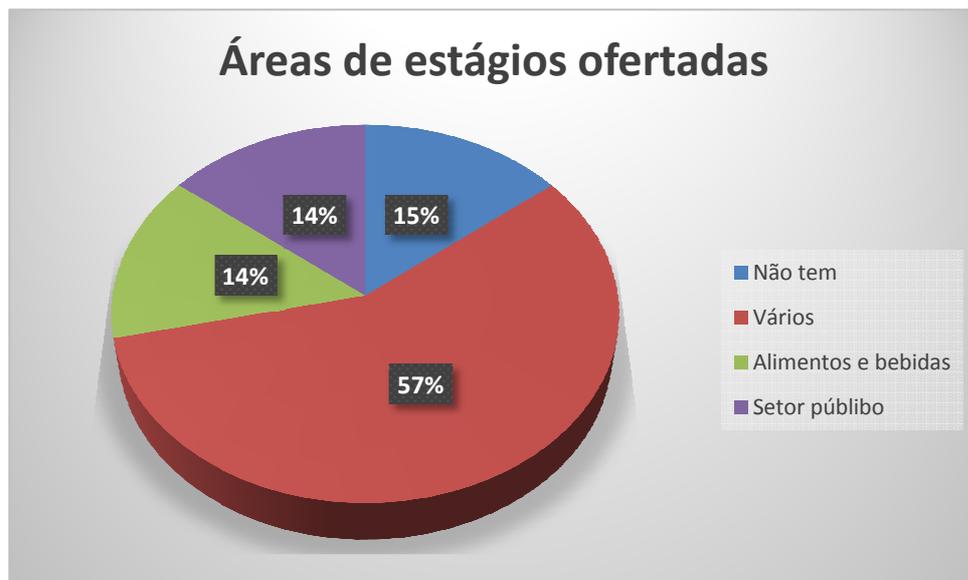


Gráfico 9. Fonte: Autora

Com relação aos idiomas exigidos nas grades curriculares dos cursos, podemos observar algumas divergências e similaridades entre os cursos. A amostragem apresentou que em 4 campi predominam os cursos de inglês e espanhol. O campus do IFPI apresenta em sua grade os cursos de inglês e Frances, enquanto que o IFSP oferta além do inglês outros idiomas, tais como: espanhol, italiano e francês. Já o IFRN (14%) não oferta nenhum idioma na sua grade curricular (Gráfico 10).

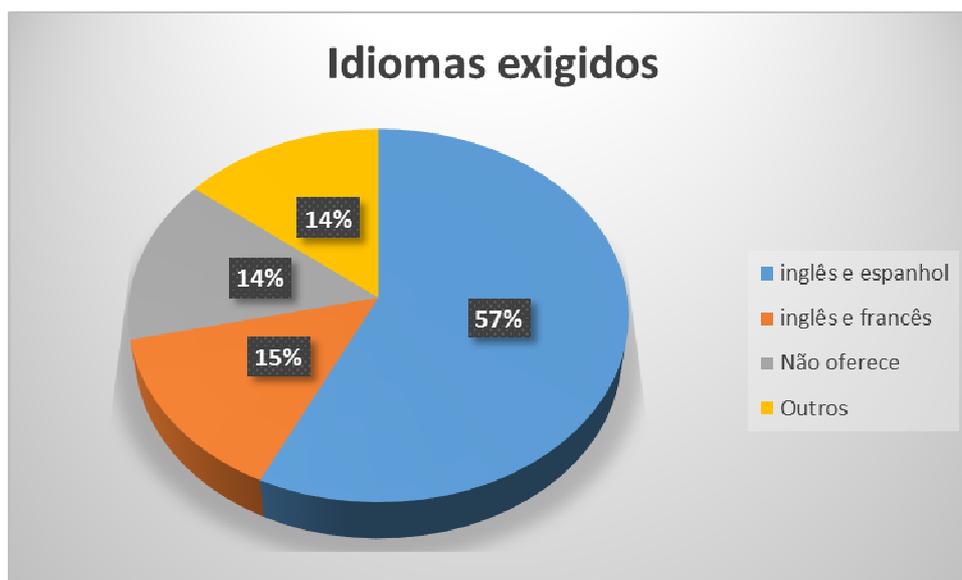


Gráfico 10. Fonte: Autora

Gráfico 11. Representa os dados sobre o desenvolvimento do setor em relação conjunta na Região. Dos 7 coordenadores, 4 responderam que o setor não está se desenvolvendo em conjunto na Região, e 3 alegaram que sim.



Gráfico 11. Fonte: Autora

Gráfico 12. Em relação ao *trade*. Dos 7 coordenadores, 6 alegaram ter uma relação com o *trade* local da Região e apenas 1 disse não existir relação com o *trade*.



Gráfico 12. Fonte: Autora

Gráfico 13. Quando perguntado sobre a evasão dos alunos. Os 7 coordenadores apresentam a existência de evasão nos primeiros semestres dos cursos.



Gráfico 13. Fonte: Autora

Das 7 coordenações, 5 alegaram que os alunos estão satisfeitos com os cursos, 1 que estão insatisfeitos e 1 não respondeu ou omitiu a resposta (Gráfico 14). O que respondeu de forma negativa foi o IFRN.

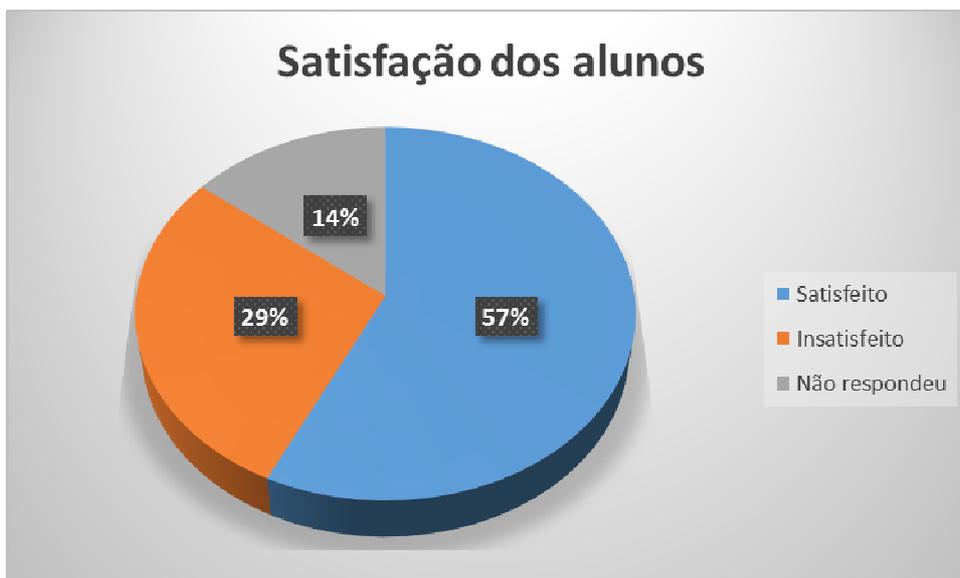


Gráfico 14. Autora: Autora

Quando perguntados da existência de informação de dados estatísticos em relação a alunos egressos no mercado de trabalho, 6 coordenadores disseram que não

tem essa informação, apenas 1 respondeu que sim (Gráfico 15), que o setor de estágios está desenvolvendo pesquisa nos meios de hospedagem sobre a existência de egressos exercendo atividades operacionais e de gestão nos hotéis da cidade.

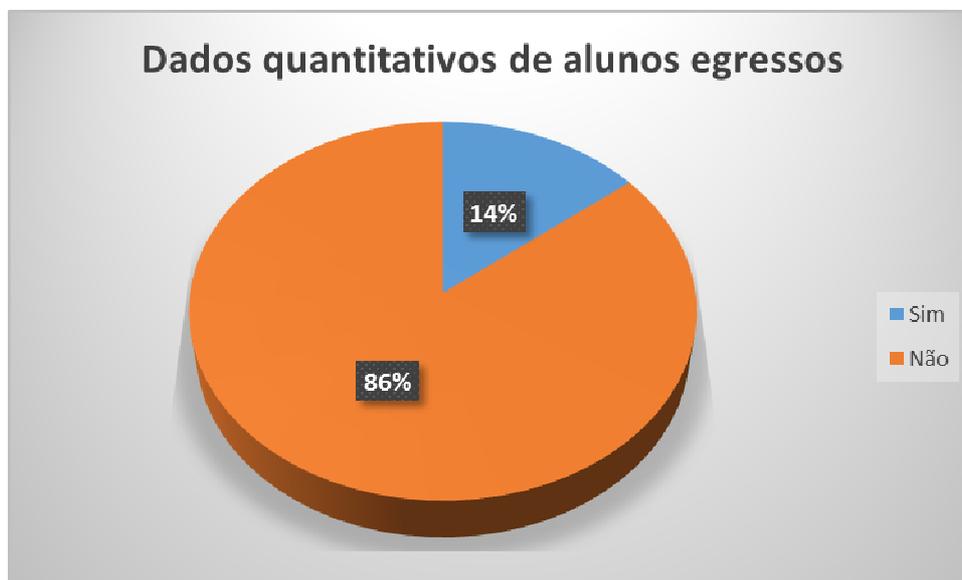


Gráfico 15. Fonte: Autora

Quando perguntados se há o interesse de deixar de ofertar a educação tecnológica em seus campi, todos os 7 coordenadores alegaram que não, ou seja, não há a intenção de não ofertar cursos superiores de tecnologia e sim o interesse em transformá-los em bacharelado.

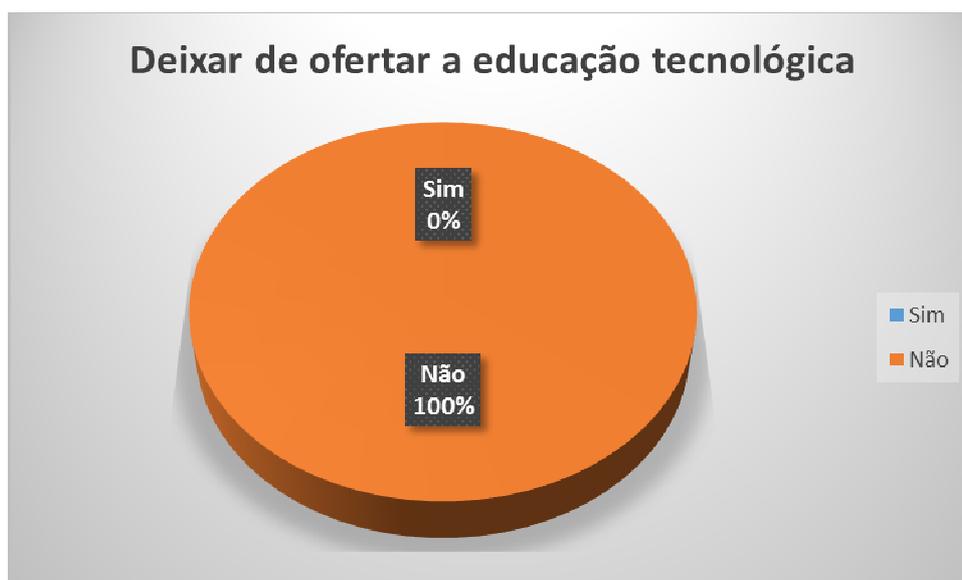


Gráfico 16 Fonte: Autora

Após os resultados apresentados acima podemos fazer algumas reflexões sobre a educação tecnológica superior na Rede Federal, vista pelos docentes e coordenadores.

Os primeiros resultados da pesquisa mostram que a educação superior tecnológica e o bacharelado são similares para os coordenadores dos cursos. Isso pode ser percebido quando 57% dos 7 coordenadores dizem que não existe diferença entre a educação tecnológica e a tradicional ou bacharelado. A pesquisa documental, aponta que estes cursos tendem a ser inovadores, com traço profissional específico e que a educação tecnológica esta ancorada a uma base tecnológica com aplicação de conhecimentos científicos e ainda tem carga horária menor, diferente dos bacharelados que são mais longos e preparam o aluno para atuar em diversas áreas, pois estes formam profissionais mais generalistas, com maior número de conteúdos teóricos e pesquisa. Por mais que seja tratada como um modelo de ensino superior e difundida atualmente com pesquisas pela influência dos Institutos federais, esta educação de traduz como modelo de educação com foco em procedimentos direcionados as práticas, trabalho, não deixando de considerar a seu direcionamento para a pesquisa em diversas unidades de educação. Dados que diferencia os modelos aqui apresentados.

Os docentes mostraram que esse modelo de educação tem pouca importância na unidade ou campus de trabalho, ou seja, no turismo este modelo não apresenta resultados positivos visto que dos 43%, ou seja, 3 campi não têm os cursos no Eixo de Turismo como importantes, esse cenário contradiz com a atual mudança do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores que na sua segunda edição abarca o tema turismo, com perspectivas de cursos atualizados. Faz-se a pouca importância dos cursos de turismo nestas localidades, não teremos equipe técnica qualificada para atuar-nos diversos segmentos do turismo e ai vem um questionamento, quem vai de fato planejar e organizar os investimentos que serão construídos ao longo dos anos, como foi atestado pela FOHB, que em até 2015 o setor vai investir R\$ 12, 8 bilhões nos próximos seis anos?

Na visão dos professores os egressos escolheram esses cursos por serem de graduação rápida, esse comportamento dos egressos torna-se pertinente, pois, na definição do MEC os cursos de tecnologia profissional são cursos de curta duração que visam formar profissionais para atender campos específicos do mercado de trabalho, e

com objetivos de inseri-los mais rápido no mercado de trabalho. Acredita-se que essa escolha pelos egressos pode ser mediante esse objetivo dos cursos.

Em relação ao Projeto Político Pedagógico, documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido nas instituições de ensino, que expressa exigências legais do sistema educacional, bem como as necessidades, propósitos e expectativas da instituição de ensino, e que serve de base para a construção do curso o resultado da amostra se apresenta satisfatório, pois dos 7 campi entrevistados, 5, ou seja, 71% foram elaborados pelo corpo docente da área apresentando. Isso revela que o colegiado dos cursos pesquisados está preparado e que possuem conhecimento técnico e acadêmico para estruturarem os seus cursos. Outro dado que se relaciona a construção dos cursos que esta apresentado no gráfico de numero 6, se refere ao perfil do profissional dos cursos, mostrando que das 7 coordenações pesquisadas, duas realizaram pesquisas nos segmentos específicos, duas construíram o perfil do egresso de acordo com o conhecimento existente nas áreas de atuação dos profissionais do Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. O resultado mostra que os campi trabalham com a realidade da localidade, pois não seguiu-se as normas do Catalogo e nem dos outros IFs, acredita que os cursos seguem de fato as necessidades do local, pois este em suas grades curriculares tem disciplinas que tratam do patrimônio a da cultura local.

Em relação aos estágios onde os alunos devem exercer as atividades praticas desenvolvidas em sala de aula, percebeu-se que os alunos realizam seus estágios, quando obrigatórios em diversas ares do segmento do turismo, com um menor numero nos setores de alimentos e bebidas e setor publico. Isso leva a perceber que o curso pretende tornar um aluno um conhecedor do setor sem direcionar para uma área especifica de atuação e que os alunos podem ao finalizar o curso, ingressar em qualquer ramo de atividade do setor, de agenciamento, hospedagem, transporte e outros. O resultado apresentou pouco ingresso dos alunos no setor público, essa realidade pode ser atribuída ao pouco tempo de pesquisa na área, pois as pesquisa em turismo e o próprio inicio da educação foi inicialmente tratada pelo viés da economia: [...] o saber turístico e um saber-fazer, não existindo saber além daquele que resulta de um sabe (Moesch, 2002, p.13) isso implica que os estudos do turismo foram voltados prioritariamente para o setor privado/empresarial.

O estudo aponta no gráfico 5 que um campus não oferta idiomas, os demais (6) tentam trabalhar com os idiomas na busca de melhor qualificar o aluno para o mercado

do trabalho, visto que os idiomas são necessários para a hospitalidade em qualquer destino turístico, ofertam idiomas diversos, entre o inglês, espanhol e francês. Isso mostra que a educação tecnológica esta alinhada as políticas publicas quando o Plano do Turismo diz: No Programa de Qualificação profissional aponta a qualificação e confiabilidade dos serviços turísticos como fundamentais para o incremento do fluxo turístico nacional e internacional e ainda no plano de 2012-2016, “propor o incentivo e a promoção do país considerando a realização de mega eventos.”

Dentre os estudos que se refere ao desenvolvimento do setor de turismo e hospitalidade nesta pesquisa, apresentado no gráfico 11, percebeu-se que 57% das localidades, ou seja, que maioria o turismo já se encontra bem desenvolvido principalmente. Isso leva entender que a oferta dos cursos, principalmente os de Gestão de Turismo, considerado o mais ofertado na Rede Federal (gráfico 2) tentam de fato contribuir com a organização do setor, quer seja no âmbito publico ou privado.

Quanto à questão a relação com o trade que repercuti em melhores pratica de trabalho, os coordenadores na maioria, ou seja, 86% que totaliza em 6 cursos têm aproximação com o tarde e com o mercado local.

Sobre a evasão do aluno nos cursos superiores, o resultado impressiona, visto que os alunos se mostram satisfeitos em relação aos cursos, resultado apresentado no gráfico até numero 13. Os 7 coordenadores afirmaram que ocorre evasão no primeiro semestre do curso. Isso significa que os cursos devem ser analisados e revisados para resolver melhorias tanto no que se refere às disciplinas curriculares quanto às atividades e metodologias desenvolvidas em sala de aula, no sentido de diminuir a evasão e ainda uma melhor adequação e informação para os novos alunos. Praticas pedagógica com visitas técnicas e aulas de campo seriam ações de melhorias para o cenário apresentado. Essa satisfação apresentada pelos coordenadores no gráfico de numero 13 não foi discutida pelos coordenadores no momento de contato telefônico apresentando a pesquisa, o que pode vim a ser um caso específico.

No que se refere ao quantitativo de alunos egressos no mercado de trabalho, o resultado foi surpreendente. “Apenas 1 coordenador disse ter iniciados uma pesquisa sobre o assunto, na tentativa de observar a aceitação do egresso no mercado de trabalho, segundo a fala do mesmo: para uma possível mudança de Gestão de Turismo em Bacharelado”. Isso pode ser resultado também de um numero reduzidos de turmas formadas nesse modelo de educação, mesmo sabendo que a educação tecnológica teve

seu início nos anos de 1970, esse modelo se fortalece com a nova estrutura na educação profissional e a mudança de Cefet's para IFs.

Quando questionados sobre a não oferta de cursos tecnológicos na área de Turismo, Hospitalidade e Lazer, os 7 coordenadores e mostraram unânimes. Em nenhum campus foi negado à oferta de construção, elaboração e oferta dos cursos, mesmo porque a Rede Federal prioriza os cursos do voltados às inovações tecnológicas, incentivando a abertura dos mesmos na tentativa de contribuir com o desenvolvimento local e o fortalecimento da rede.

Assim a educação de nível superior em turismo essa denominada de educação tecnológica faz parte de um processo de construção em vista das pesquisas relacionadas a mesma. Na verdade o que se observa são dois lados que tentam se unir para elevar a importância e sua continuidade, por um lado os governantes e por outro lado a academia, tais diferenças relatam algumas diversidades em relação ao verdadeiro direcionamento dos cursos. Se comparada aos postulados teóricos como diz Hjalager & Anderson (2000) que os alunos buscam mudanças rápidas e vantagens no trabalho (resultado tido na pesquisa) e por outro lado que no turismo esse modelo de educação busca a pesquisa, a disseminação da cultura, as relações sociais o domínio das línguas em fim as competências necessárias para a atuação no mercado de trabalho, os dados aproximam para uma realidade sem ligação nas duas partes.

Existe uma aproximação entre o turismo e a tecnologia no sentido de proporcionar novas tendências e inovações em relação ao atendimento, a novas técnicas de serviços e novos equipamentos do setor. Nesse sentido cabe aos dirigentes da educação tratar do assunto sabendo que o turismo por ser uma área de estudo que contempla no campo das ciências a interdisciplinaridade, desenvolver esse modelo de educação pautado no que de fato se espera do setor, o que realmente queremos, um profissional que contemple conhecimentos técnicos e que possam desenvolver competências da gestão ou um profissional que tenha diversos conhecimentos estando na linha de frente como um sabedor teórico e generalista para o setor?

Assim como nos diz Mario Beni, que o turismo no Brasil deixou de ser somente uma visão política administrativa empresarial e passou a constituir-se também, agora em um assunto de ordem técnica e científica, e como tal deve ser. Na opinião do autor esse quadro foi em função das novas linhas de pesquisas e o crescente desenvolvimento dos cursos em turismo que estão mais especificados nos cursos de graduação.

Necessário então alinhar essa educação a uma nova postura diante da academia e dos dirigentes da educação com o auxílio do mercado.

5 CONCLUSÃO

A escolha pelo título desta pesquisa “Educação Profissional e Tecnológica de Turismo no Brasil: Análise através da percepção de docentes da Rede Federal de Educação” fundamentou-se numa pesquisa instigante, pois os cursos contemplam desafios na concepção. Os desafios se não trabalhados podem vir a se transformar em obstáculos para os que buscam esse modelo de ensino bem como para o sucesso na prestação dos serviços dos alunos egressos.

A pesquisa permitiu visualizar as dificuldades no que refere à construção, oferta, delineamento dos cursos bem como outros fatos que se configuram importantes na Rede Federal em relação os cursos de turismo, tais como a realidade da evasão, a falta de dados estatísticos em relação ao egresso, dentre outros.

Por esse contexto, pode-se concluir que os cursos analisados na percepção dos docentes estão dentro de uma linha que satisfaz o alunado, razão pelo qual eles mesmos constroem o documento final do curso, neste sentido o curso está sendo construído baseado na satisfação dos alunos. Assim a análise desenvolvida tanto nos documentos quanto nas falas dos docentes pode-se observar se controem em subsídios para a discussão dos cursos.

Inicialmente é importante informar que esses cursos tecnológicos passam a fazer parte da educação profissional e que são alvos de críticas pelo seu viés dúbio em relação a qual linha pertencer, ou seja, por fazer parte da educação profissional, tornam-se marginalizados devido o processo de formação deste ensino em relação a outras modalidades de graduação.

A Educação Superior no Brasil esteve atrelada ao contexto histórico e político e no que se refere a sua construção foi de fato copiada de países como os Estados Unidos e da Europa com o Processo de Bolonha, projeto que organiza a educação em seus diversos níveis. Não se pode afirmar, porém verificou-se que muitos dos sujeitos pesquisados apontam dificuldades para entender a educação tecnológica bem como desenvolve-la, considerado um modelo copiado tradicional em outros países.

Outra dificuldade percebida foi em relação às posturas encontradas em sala de aula, esse dado foi obtido através da fala dos mesmos, quando dizem que para ser professor da Rede Federal é necessário ter diversos comportamentos que pode dificultar o processo de ensino nos cursos superiores, visto que se trabalha com outras modalidades de ensino ofertados na rede e que tais modalidades utilizam metodologias

básicas de ensino levando ao aluno um aprendizado mais acessível, muitas vezes levando conteúdos específicos sem buscar uma visão crítica dos alunos, como os alunos do Proeja e outros programas sociais.

Outro ponto importante que merece destaque é em relação ao projeto político pedagógico que traz as diversas informações dos cursos, bem como a relação construída nas localidades em relação ao *trade* turístico. Isso se faz necessário para que os egressos destes cursos possam de fato se inserir no mercado, de forma igualitária, não se sabe ao certo quais atividades de fato são realizadas pelo aluno, se as operacionais ou as de gestão e qual o direcionamento para um futuro cargo no setor.

Por sua vez sabe-se que no turismo a educação e o mercado de trabalho dão fortes indícios com resultados favoráveis. Esses resultados favoráveis apontam fortes demandas pela educação tecnológica, pois como apresentado na pesquisa a sua estrutura é baseada na construção de uma educação de curta duração com forte indicação para o mercado do trabalho, não a excluindo do mundo da pesquisa.

Com este cenário, acredita-se que nem todas as dificuldades se tornam impedimentos para a oferta de cursos tecnológicos no setor de turismo, pois existem políticas para desenvolver esse setor com elevadas considerações em relação à qualificação de mão de obra, bem como pelo crescimento do setor apresentado no PNT e nos diversos investimentos a serem realizados no Brasil.

Por sua vez a educação profissional tecnológica em turismo, pode levar ou causar fortes impactos no setor, porem para que tais impactos venham a ser favoráveis para a educação deve ser levado para maiores discussões pedagógicas e estruturais. Um fato interessante seria apresentar aos alunos o que vem a ser a educação superior em tecnológica.

Os objetivos dessa pesquisa em parte foram alcançados. Acredita-se porem que não houve por parte das demais instituições na rede If, credibilidade e nem tão pouco interesse nas discussões sobre o alinhamento nesse modelo de educação. Cabe aqui um melhor olhar sobre a educação tecnológica, no intuito de superar as necessidades isoladas dessa educação que de certa forma contribui e estrutura o desenvolvimento do turismo. Uma interação das instituições para o sucesso da educação tecnológica. Observou-se também a existência de falta de conhecimento por parte dos coordenadores maiores informações a respeito da educação superior tecnológica nas cinco regiões brasileiras e que a educação é ofertada por uma necessidade percebida na localidade pelo desenvolvimento do setor do turismo.

Pode-se concluir que o estudo no mestrado na linha de Gestão de Turismo possibilitou a construção da pesquisa, podendo apresentar a realidade da educação superior tecnológica no Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer na Rede Federal, possibilitando mapear a oferta dos cursos e a forma de gestão praticada nas diversas unidades de ensino da rede federal de educação. O estudo apresentou a educação do turismo e suas problemáticas, relacionando-as a de outros países, acreditando que demais profissionais apresentem interesse em pesquisar a educação do turismo, na tentativa de melhor conduzir a educação para o setor do turismo, esperando ainda que seus resultados, sejam difundidos para melhoria tanto da educação como para prestação de serviços do turismo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AGUIAR, Maria Carmen e Morelli Grazielle. **Turismo e Educação: as relações possíveis**. Revista digital – Buenos Aires – Ano 11 – nº 97 - 2006

AGUADED, J. Ignacio; CARNEIRO, Júlio (orgs) **Educación y Medios de Comunicación en el contexto Iberoamericano**. Andalusia: Universidade de Andalusia, 1995.

ANDRESON, Carlos Elias Barbosa. **O Instituto Paraense de educando artíficeis e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Belém, 2015.

ANSARAH, M. G. dos REIS. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.

ARAÚJO, J. J. & Hypólito, M. Á. (2010). **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: Inovações e continuidades**. Artigo. Disponível em <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT05-6449--Int.pdf>

AUXILIADORA, Maria, OLIVEIRA Monteiro. **Políticas Públicas para o ensino profissional: O processo de desmantelamento dos Cefets**. Papirus. Campinas, SP, 2003

AZEVEDO, M.L.N. **A integração dos sistemas de educação superior na Europa**. De Roma a Bolonha ou da integração econômica à integração acadêmica. In: SILVA JR., J. dos R.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Orgs.). Reforma universitária. Dimensões e perspectivas. Campinas, SP: Alínea, 2006. p. 171- 186.

BORDENAVE, Juan Díaz. **Las nuevas pedagogias y tecnologías de comunicación: sus implicaciones para la investigación**.

BRANDÃO, M. (2007). **Cursos superiores de tecnologia: democratização do acesso ao ensino superior?** *Trabalho Necessário*, 5 (5), 1-15.

CHISTOPHE, Micheline. **A legislação sobre a educação tecnológica, no quadro da educação profissional brasileira.** Artigo. Janeiro, 2005.

COUTINHO, Gabriel Chagas TeodózioProdêncio, SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce, RODRIGUES, Lúcia de Paula. **Fatores Motivacionais e Impactos Sociais do Turista Comunitário.** *Revista Iberoamericana de Turismo. Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR*, Penedo, vol. 4, n. 2, p. 77-87, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil/Escravocratas**, 2ª Ed. São Paulo, Ed. UNESP, Brasília.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.** Recuperado em 4 agosto, 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm.

DENKER, A. de F. M. **Estado de Educação no Brasil: O caso do ensino em turismo.** Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília: Intercom, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

EIRÓ, Maria Idati, CABERO, Julio Almenara, LOZANO Juan Antônio Morales. Tratado de Bolonha: **A Opinião de Alunos se Sevilha por meio de técnica de grupo focal.** *Revista de Educação*. Vol.3, nº 16, 2010.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução:** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FILHO, Ari da Silva Fonseca. Educação e turismo: **reflexões para elaboração de uma educação turística. Revista Brasileira em turismo**. VI. 1 ano 1 2007 SP

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GASTAL, Suzana, BENI Mario, CASTROGIAVANNI, Carlos. (Org). **Turismo investigação e Crítica**. Contexto, São Paulo, 2002

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

HOWEL, R. e UYSAL, M. 1987. **Tourism education for developing countries**. *Tourism Management*, v. 8, n. I, p 62- 64.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA. **Cadastre-se no mapa da inclusão digital no Brasil**. Disponível no UDL: <http://inclusão.ibict.br/>

KENSKI, V. M. (2011). **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus.

KLEIN, L., & SAMPAIO, H. (2002). **Actores, arenas y temas básicos**. In Rollin Kent (Org.), **Los temas críticos de la educación superior em América Latina en los años noventa: Estudios comparativos** (pp. 31-105). Mexico, DF: FLACSO/UAA/FCE.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo - para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

LAUDARES, J. B.; FIÚZA, J. R. & ROCHA S. (2005). **Educação tecnológica: Os impactos nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos dos CEFETS Minas Gerais e Paraná pelos Decretos 2.208/97 e 5.154/04**. In Aranha, A. V.; Cunha, D. M. & Laudares, J. B. (Orgs.), **Diálogos sobre trabalho: Perspectivas multidisciplinares** (pp. 57-90). Campinas, SP: Papirus.

Lei nº11.892 de 28 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 20 novembro, 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm

LEITE, L, ET AL. **Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

LEHER, Roberto. **Florestan Fernandes e a Universidade no capitalismo dependente**
IN: FÁVERO, Osmar (Org). **Democracia e Educação em Florestan Fernandes**.
Campinas: Autores associados; Niterói: Editora da UFF, 2005, p. 214.

LIMA, Ribeiro Juliana. **Ensino Superior de Turismo no Brasil: estudo da produção acadêmica** (2009 -2010). Tese de Mestrado. Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo. 2011.

LYOTARD, J. F. (1988). **O Inumano: Considerações sobre o tempo**. Lisboa: Estampa.

MATIAS, MARLENE. (2012). **Turismo: o ensino de graduação no Brasil**. *Turismo e Sociedade*, 5(2), 58-81.

MOESCH. Marutschka. **A produção do saber turístico**. 2ª Ed. Contexto, São Paulo, 2000

MOLINA, S.; RODRIGUEZ. S. **Planejamento Integral do Turismo: Um enfoque para a América Latina**. Bauru:Edusc, 2000

MOTA. Keila Cristina Nicolau, ARAGÃO, Antônio Roberto Ferreira.Org. Educação Tecnológica: **Teoria e Prática do Turismo, da Hospitalidade e do lazer**. Expressão Gráfica e Editora, 2011. Fortaleza-CE.

MENESES, J. G., et al., e. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

Ministério da Educação (2006). **Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia**. Recuperado em 18 setembro, 2012, de http://www.eafspb.gov.br/cursos/superior/arquivos/catalogo_superior.pdf

Plano nacional de turismo Ministério da Educação (2010). **Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia**. Brasília, DF. Recuperado em 18 outubro, 2012, de http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content&view=article

Ministério da Educação (2011). **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. Brasília, DF. Recuperado em 8 setembro, 2012, de <http://emec.mec.gov.br>

Ministério da Educação (2012). **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. Brasília, DF. Recuperado em 30 outubro, 2012, de <http://emec.mec.gov.br>

Ministério do Turismo (2003). **Plano nacional de turismo - 2003-2007: Diretrizes, metas e programas 2003-2007**. Brasília, DF. Recuperado em 2 novembro, de http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf

Ministério do Turismo (2007). **Plano nacional de turismo - 2007-2010: Uma viagem de inclusão**. Brasília, DF. Recuperado em 2 novembro, 2012, de http://www.ufjf.br/turismo/files/2008/07/pnt_2007_2010.pdf

Ministério do Turismo (2013). - **2013-2016: O turismo fazendo muito mais para o Brasil**. Brasília, DF. Recuperado em 6 novembro, 2012.

MOLINA, Sérgio. **O Pós-Turismo**. São Paulo, Aleph, 2003

MOTA, Keilla. **Qualidade na Educação Superior em Turismo e Hotelaria: análise dos cursos reconhecidos no Nordeste brasileiro**. Tese de Doutorado, UNIVALE. 2005

MTUR – Ministério do Turismo Brasil. **Plano Nacional de Turismo**. Brasília: 2007, 2010/2010/2013. http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf. Acesso em 03. Jul. 2013.

NASH, D. **El turismo considerado como una forma de imperialismo**. In: SMITH, V. L. (Org.) **Anfitriões e convidados: antropología del turismo**. Madrid: Endymión, 1992.

SOLHA, Karina Toledo. **Evolução do Turismo no Brasil**. In: Ir: REJOWISK, Mirian (org.) **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002, p. 117-153.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **Ladescodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

OLIVEIRA, M. R. N. S. (2001). **Do mito da tecnologia ao paradigma tecnológico; a mediação tecnológica nas práticas didático-pedagógicas**. *Revista Brasileira de Educação*, 18, 101-107.

_____. (2000). “Aprender a aprender: Garantia de uma educação de qualidade” *Presença pedagógica*, nº 33 vol. 33.

Nº 33, vol. 6. Belo Horizonte.

OTRANTO, C.R. “**Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFTE’s**.” *Revista Tetta. UFRRJ/PPGEA, Seropédica, RJ: EDUR*. Vol. 1, nº 01, jan/jun. 2010.

PACHECO, Eliezer, org. **Institutos Federais uma revolução na educação profissional etecnológica**. Brasília, 2011, Ed Moderna

REGATIERRI, Marilza e CASTRO, Jane Margareth (org). **Ensino médio e educação profissional:**

REGATTIERI, M. & CASTRO, J. M. (2009). **Ensino médio e educação profissional: Desafios da integração**. Brasília, DF: UNESCO.

REJOWSKI, M. (1996). **Turismo e pesquisa científica: Pensamento internacional x realidade brasileira**. Campinas, SP: Papyrus.

Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasil, DF. Recuperado em 5 outubro, 2012, de <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>

RUDIO, Fanz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa**. Petrópolis, Vozes, 1986.

TOLEDO, Rosana Fernandes Medina. **A Expansão dos cursos tecnológicos no Brasil. Um recorte no curso tecnológico em Gastronomia**. Revela Revista. Ano III n° VI 2010.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pos-industrial e o profissional em turismo**, Campinas, SP: Papirus 1998. (Coleção turismo).

TRIGO, L. G. **A importância da educação para o turismo**. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs). *Turismo teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000, p. 243-255.

SESSA, Alberto, **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre, Uniontur, 1983

SILVA, Tomás Tadeu; APPLE, M.; ENGUITA, M. e outros. *Neoliberalismo, qualidade e educação*. Petrópolis, Vozes, 1994

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer2772006.pdf. PARECER, 277/2006

file:///D:/Users/Jaci/Downloads/Santos_Barretto_2006_Aculturacao,-impactos-culturais_27931.pdf

<file:///D:/Users/Jaci/Downloads/21387-76952-1-PB.pdf>

<http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/2501/2068>

http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2847/1/2010_dis_REBarreto.pdf

<file:///D:/Users/Jaci/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20completa%20Cristiane.pdf>

[file:///D:/Users/Jaci/Downloads/DissertacaoAridaSilvaFilho%20\(2\).pdf](file:///D:/Users/Jaci/Downloads/DissertacaoAridaSilvaFilho%20(2).pdf)

<http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/egressos/sampaio-marcus-v-d-2013-educacao-profissional>

<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf

APÊNDICE A

Questionário aplicado com os Coordenadores da Rede de Educação Federal

PESQUISA

Prezado Coordenador,

Como pesquisadora, professora da rede federal de educação (IFTO) no Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer e aluna do mestrado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, estou realizando pesquisa nos campus da rede IF que ofertam cursos superiores tecnológicos no Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, conforme informações e pesquisa realizadas anteriormente no site do e.mec e dos Institutos das regiões brasileiras.

Peço a gentileza de responder o questionário de pesquisa em anexo, para dar continuidade e concluir meu trabalho de dissertação. Informo que será mantido sigilo do nome do professor responsável pelo envio das respostas, sendo identificadas apenas pelo campus.

Os resultados da pesquisa serão enviados para cada coordenação tão logo sejam processados.

Certa de contar com a participação de todos, aguardo as respostas.

Jaci Câmara de Albuquerque

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

DO CURSO

1. Você vê diferenças entre a educação superior e a educação tecnológica, quais?

() sim

() não

Quais?

2. Na sua opinião o ensino superior e tecnológico em hospitalidade e lazer em sua unidade de ensino?

() ótimo

() bom

() regular

() ruim

3. Qual a importância do curso superior tecnológico para o setor do turismo em sua região?

() Muito importante

() Pouco importante

() Nenhuma importância

4. Porque o aluno busca esse tipo de curso?

() Graduação rápida

() Por não ter passado em outro curso (graduação tradicional)?

() Por que acha que é de fácil acesso

DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

5. Quem elaborou o Projeto Político Pedagógico dos cursos superiores ofertados no seu campus?

() o colegiado () outros

() a área pedagógica

6. Baseado em que o perfil profissional do curso ofertado foi elaborado?

() nos modelos de outros IFs () no conhecimento existente

() em pesquisa realizada () nos parâmetros do Catálogo

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7. Quais as áreas de estágios:

() Agencia modelo () eventos () Hospedagem

() Gastronomia ou similar () setor público () outros

8. Quais idiomas são exigidos na grade

() inglês () francês () espanhol

() Alemão () Italiano () outros

DO CORPO DOCENTE

9. N° de Professores bacharéis em turismo e hotelaria.....

N° de professores Pós-Graduados

N° total de professores do curso

N° de Professores mestres

N° de professores doutores.....

DO SETOR

10. O setor de hospitalidade e lazer está se desenvolvendo de forma conjunta na região?

() sim

() não

11. Qual tipo de relacionamento existente com o trade turístico?

() nunca fez contato () possui convênio () outros

DO EGRESSO

12. Existe evasão de alunos nos cursos superiores? Se sim, em qual período isto acontece? Informar ano de início do (s) curso (s)

() sim

() não

Período de evasão (_____, ano de início do (s) curso (s)
(_____)

13. Qual a satisfação dos alunos ao cursarem a educação tecnológica?

() SATISFEITOS

() INSATISFEITOS

14. A coordenação ou outro setor da sua unidade possui dados quantitativos de alunos egressos que estão no mercado de trabalho?

() SIM

() NÃO

Se possível informar dados estatísticos de 2008 até 2013

2008 (_____)

2009 (_____)

2010 (_____)

2011 (_____)

2012 (_____)

2013 (_____)

15. Seu campus deixou de ofertar a educação tecnológica?

() sim

() não

Motivo (se possível informar o motivo de não estar mais ofertando os cursos)

() falta de demanda

() pesquisa de mercado

() outros

OBS. Questão de difícil acesso e bastante divergente nos sítios do Mec e da rede, se possível informar.

No seu Estado são ofertados cursos Tecnológicos no Eixo Lazer e Hospitalidade na modalidade EAD?

() sim

() não

Curso Superior de Tecnologia em Gestão em Turismo ()

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer ()

Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria ()

Curso Superior de Tecnologia em Eventos ()

Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia ()